



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 196

PORTO VELHO-RO, SEGUNDA-FEIRA, 15 DE DEZEMBRO DE 2014

ANO III

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA	2249
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	2250
ADVOCACIA GERAL	2250

TAQUIGRAFIA

ATA DA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

Em 9 de dezembro de 2014

Presidência do Sr.
LEBRÃO - 1º Secretário
HERMÍNIO COELHO - Presidente

Secretariados pelo Sr.
LUIZ CLÁUDIO - Deputado

(Às 15 horas e 17 minutos é aberta a Sessão.)

PARLAMENTARES PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Ana da 8 (PT do B), Cláudio Carvalho (PT), Edson Martins (PMDB), Edvaldo Soares (PMDB), Epifânia Barbosa (PT), Euclides Maciel (PSDB), Flávio Lemos (PR), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Kaká Mendonça (PTB), Lebrão (PTN), Luiz Cláudio (PTN), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PP), Neodi (PSDC), Ribamar Araujo (PT), Saulo Moreira (PDT), Valdivino Tucura (PRP) e Zequinha Araujo (PMDB).

PARLAMENTARES AUSENTES: Adriano Boiadeiro (PRP) e Jaques Testoni (PSD).

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro

aberta a 52ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura.

Solicito ao Senhor Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LUIZ CLÁUDIO (Secretário *ad hoc*) – Procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observações, dou-a por aprovada. Registro a presença do senhor Joy Luís, Presidente do Sindicato dos Técnicos Tributários do Estado de Rondônia; da mesma forma o senhor Caio Marin, Presidente do Sindicato dos Servidores da Saúde do Estado de Rondônia – SINDSAÚDE; senhor Robson de Oliveira Lima, Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Executivo do Estado de Rondônia – SINTRAER; senhor Marcelo Henrique, Presidente da Agência da Defesa Sanitária Agrossilvopastoril – IDARON; Excelentíssimo Senhor Vereador Reinaldo Silvestre, Presidente da Câmara Municipal de Buritis; Excelentíssimo Senhor Vereador Adriano Confeções, Vereador Presidente do meu Partido, também da Câmara Municipal de Buritis; Excelentíssimo Senhor Vereador Adair José, o Sorriso, também da Câmara Municipal de Buritis e todo público presente. Nos sentimos muito honrados com a presença de cada um dos senhores e sejam todos bem-vindos a nossa Sessão.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. LUIZ CLÁUDIO (Secretário *ad hoc*) – Procede à leitura do expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº 211/2014 - Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Dispõe sobre a Organização do Acesso Gratuito ao Teatro Palácio das Artes pelos estudantes, assegurando a democratização, valorização e incentivo à produção cultural no meio estudantil, propiciando a formação de plateia e o desenvolvimento cultural.”

02 – Mensagem nº 212/2014 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Altera o *caput* do artigo 11 da Lei nº 749, de 4 de novembro de 1997.”

MESA DIRETORA

Presidente: **HERMÍNIO COELHO**
1º Vice-Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
2º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **MARCELINO TENÓRIO**
4º Secretário: **VALDIVINO TUCURA**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Chefe da Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

03 – Mensagem nº 213/2014 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Dispõe sobre a atividade profissional do Despachante Documentalista.”

04 – Mensagem nº 214/2014 – Poder Executivo, solicitando a manutenção dos valores referentes aos Subsídios destinados ao Governador e Vice-Governador.

05 – Mensagem nº 215/2014 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Altera o § 2º, do artigo 13, da Lei nº 3.395, de 16 de junho de 2014 que “Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2015”.

06 – Ofício nº 2831/2014 – Governo do Estado, encaminhando resposta às Indicações Parlamentares nºs 2464, 2470 e 2474/14, de autoria do Senhor Deputado Flávio Lemos.

07 – Ofício nº 3804/2014 – Departamento de Estradas de Rodagens e Transportes, encaminhando cópia dos Ofícios nº 3801, 3802 e 3803/2014/GAB/DER/RO.

08 – Ofício nº 3803/2014 – Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2474/14, de autoria do Senhor Deputado Flávio Lemos.

09 – Ofício nº 196/2014 – Defensoria Pública do Estado, encaminhando propostas de emendas parlamentares ao Projeto de Lei Orçamentária 2015.

10 – Ofício nº 241/2014 – Defensoria Pública do Estado, solicitando emenda parlamentar à Proposta Orçamentária 2015.

11 – Ofício nº 1587/2014 – Ministério Público Federal, reiterando os termos do ofício 1339/GAB/PGR, bem como remessa do inteiro teor e da exposição de motivos da Lei 1.864, de 06 de fevereiro de 2008.

12 – Ofício nº 2806/2014 – Governo do Estado, informando que recebeu os Ofícios nºs 049 e 050/2014, de autoria do Senhor Deputado Jaques Testoni, e que os mesmos foram encaminhados a Casa Civil.

13 – Ofício nº 42567/2014 – Supremo Tribunal Federal, informando que julgou inconstitucional o inciso I do art. 189 da Constituição do Estado, inserido pela Emenda Constitucional nº17, de 30 de novembro de 1999.

14 – Denúncia do Senhor Professor Raimundo dos Santos Lima, portador do RG nº 27.478/SSP-RO, contra o Senhor Governador Confúcio Aires Moura por crime de responsabilidade.

15 – Denúncia da Senhora Geyse Esteves, contra o Senhor Governador Confúcio Aires Moura, Senhor Deputado Edson Martins e Senhora Rosemeire Araújo por prática de “Nepotismo”.

16 – Denúncia do Senhor Marcelino Hellmann, portador do RG nº 36042494 SSP/PR, CPF nº 203.326.292-87, contra o Senhor Deputado Adelino Follador por ter recebido vantagens indevidas.

17 – Ofício 200316/2014 – BNDES, informando da liberação de recursos financeiros para o Estado de Rondônia.

18 - Ofício 200325/2014 – BNDES, informando da liberação de recursos financeiros para o Estado de Rondônia.

19 – Ofício 2869/2014 – Gabinete do Governador, informando o encaminhamento de Ofícios da Deputada Glaucione à Casa Civil, por meio de Memorando.

20 – Ofício 003/2014 – Tribunal de Contas, comunicando a apreciação ao processo que dispõe sobre orientação a ser observada pelos Poderes Legislativos Estadual e Municipais, assim como pelos Poderes Executivos Municipais, todos do Estado de Rondônia.

21 – Ofício 1053/2014 – Tribunal de Justiça, encaminhando acórdão de ADIN sobre a Lei Complementar nº 736/2013.

22 – Ofício 2872/2014 – Gabinete do Governador, encaminhando resposta de solicitação da Deputada Glaucione que trata sobre liberação de Emenda Parlamentar

23 – Requerimento do Senhor Deputado Jaques Testoni, justificando ausência na sessão do dia 25 de novembro de 2014.

24 – Requerimento do Senhor Deputado Luiz Cláudio, justificando ausência na sessão do dia 26 de novembro de 2014.

25 – Requerimento do Senhor Deputado Luizinho Goebel, justificando ausência nas sessões dos dias 25 e 26 de novembro de 2014.

26 – Requerimento da Senhora Deputada Glaucione, justificando ausência nas sessões dos dias 25 e 26 de novembro de 2014.

27 – Requerimento do Senhor Deputado Jean Oliveira, justificando ausência nas sessões dos dias 05,25 e 26 de novembro de 2014.

28 – Requerimento do Senhor Deputado Adriano Boiadeiro, justificando ausência nas sessões dos dias 25 e 26 de novembro de 2014.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Lido o Expediente, passemos às Breves Comunicações. Não há oradores inscritos. Encerradas as Breves Comunicações, passemos ao Grande Expediente. Também não há oradores inscritos. Neste momento, suspendo a Sessão por conveniências técnicas por tempo indeterminado e convido os Deputados para que a gente possa discutir a Ordem do Dia na nossa sala de reuniões. Está suspensa a Sessão.

(Suspende-se a Sessão às 15h56min e reabre-se às 17h37min)

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Está reaberta a sessão. Senhores e Senhoras Parlamentares, conforme preceitua a alínea “o” inciso I, artigo 14 do Regimento Interno, anunciarei a seguinte Ordem do Dia para esta sessão: Projeto de Decreto Legislativo 188/14, Deputado Valdivino Tucura; Projeto de Decreto Legislativo 189/14, Deputado Valdivino Tucura; Projeto de Decreto Legislativo 214/14, Deputado Jean Oliveira; Projeto de Decreto Legislativo 220/14, Deputado Luiz Cláudio; Projeto de Lei Complementar 232/14, Deputado Neodi; Projeto de Lei Complementar 224/14, Poder Executivo; Projeto de Lei 1181/14, com emenda aditiva, Poder Executivo; Projeto de Lei 1201/14, Poder Executivo, com substitutivo; Projeto de

Lei 1373/14, Poder Executivo; Projeto de Lei 1403/14, Deputado Luiz Cláudio; Projeto de Resolução 124/14, Mesa Diretora; Projeto de Lei 1405/14, Deputado Hermínio Coelho; Projeto de Lei 1406/14, Deputado Hermínio Coelho.

Passemos às Comunicações de Lideranças. Não há oradores inscritos. Encerradas as Comunicações de Lideranças, passemos à Ordem do Dia. Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO DEPUTADO NEODI, que dá nova redação aos artigos 4º, 5º, 26, 27, 36, 49, 53, 57 e 58 da Lei Complementar nº 665, de 21 de maio de 2012, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores da Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO LUIZ CLÁUDIO, que altera dispositivo da Lei Estadual nº 3.437, de 09 de setembro de 2014, que dispõe sobre a aquicultura no Estado de Rondônia, e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO, que declara de utilidade pública a Associação Inspetoria Litúrgica de Rondônia, no município de Porto Velho.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO LUIZ CLÁUDIO, que declara de utilidade pública a Missão Batista Cristolândia de Rondônia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO, que indica ao Exmº Sr. Governador do Estado sobre a necessidade de viabilizar junto ao DER – Departamento de Estradas e Rodagens extensão do trabalho de recuperação de estradas vicinais nas comunidades indígenas de Cacoal, através do programa FITHA.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO, que indica ao Exmº Sr. Governador do Estado sobre a necessidade de viabilizar junto à SEDUC a reforma e ampliação da EEEFM Estudo e Trabalho, localizada no bairro Areal, avenida Alexandre Guimarães, nesta capital.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO FLÁVIO LEMOS, que indica ao Poder Executivo estadual, com cópia à Secretaria Estadual de Saúde – SESAU, a necessidade de se realizar campanha de agendamento de consulta diretamente na Policlínica Oswaldo Cruz.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO FLÁVIO LEMOS, que indica ao Executivo estadual, com cópia ao Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, a necessidade de recuperação e manutenção da Rodovia Estadual RO-10 que liga Pimenta Bueno a São Miguel do Guaporé.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO FLÁVIO LEMOS, que indica ao Sr. Governador do Estado, com cópia à Secretaria Estadual de Educação – SEDUC, a necessidade de se realizar a manutenção junto a Escola Estadual Araújo Lima, no município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO FLÁVIO LEMOS, que indica ao Sr. Governador do Estado, com cópia à Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia – CAERD, a necessidade de viabilizar serviço de conserto do cano que está quebrado na avenida Costa e Silva, nas proximidades da estrada do bairro São Sebastião II, no município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO FLÁVIO LEMOS, que indica ao Poder Executivo seja realizada pavimentação asfáltica pelo Programa Estradão na RO-133, no trecho que liga Machadinho do Oeste a Cujubim.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO FLÁVIO LEMOS, que indica ao Sr. Governador do Estado de Rondônia junto à ELETROBRAS Distribuição Rondônia, a necessidade de realizar instalação de iluminação na ponte recém construída que liga os municípios de Porto Velho a Humaitá-AM, no bairro da Balsa.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO FLÁVIO LEMOS, que indica ao Sr. Governador do Estado de Rondônia junto à ELETROBRAS Distribuição Rondônia, a necessidade de realizar instalação de um transformador na Escola Municipal Francisco Chiquilito Erse, localizada na Linha 28 de Novembro na Agrovila Nova Aliança, no município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO FLÁVIO LEMOS, que indica ao Sr. Governador do Estado, com cópia à Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia – CAERD, a possibilidade de viabilizar a implantação de uma campanha de resgate de crédito junto aos seus clientes.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO FLÁVIO LEMOS, que indica ao Sr. Governador do Estado, com cópia à Secretaria Estadual de Educação – SEDUC, a necessidade de se realizar a manutenção junto a Escola Estadual Orlando Freire, município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO FLÁVIO LEMOS, que indica à Secretaria de Estado de Saúde, com cópia ao Poder Executivo, a necessidade de aquisição de uma ambulância equipada para atender os municípios de São Felipe do Oeste, Costa Marques e Cujubim.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA, que indica ao Governador do Estado a viabilizar-se parceria com a classe produtora industrial e comercial de Ji-Paraná a fim de discutir e solucionar o problema que afeta a economia de Ji-Paraná-RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA, que indica ao Governador do Estado a necessidade de que seja feita a reforma geral do Ginásio de Esportes Genivaldão, no município de Ji-Paraná-RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO, que indica ao Poder Executivo estadual a doação de área à AMA-Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO, que requer informações oficiais da Secretaria de Estado de Agricultura do Estado de Rondônia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA, que indica ao Governo do Estado, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER, a necessidade de que sejam feitos serviços de drenagem e asfaltamento de vias urbanas na Zona Sul de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA, que indica ao Governo do Estado a necessidade de que seja implantado no município de Alto Alegre dos Parecis uma extensão do Shopping Cidadão.

- PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO, que acrescenta e revoga dispositivo à Constituição estadual.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO, que institui a Câmara de Defesa de Contribuinte – CADECON, e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO, que proíbe a revista íntima dos visitantes nos estabelecimentos prisionais, e dá outras providências.

- PROJETO DE RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA, que dispõe sobre os valores da hora-aula para atividade de docência no âmbito da Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, e dá outras providências.

Lidas as matérias, Sr. Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Solicito ao nosso Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 188/14 DO DEPUTADO VALDIVINO TUCURA, concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia, ao senhor Arílson Gonçalves.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Euclides para dar o parecer.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Projeto 188/14 do Deputado Valdivino Tucura, concedendo Título Honorífico de Cidadão. Nosso parecer é favorável, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Deputado Euclides. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em discussão e votação única o Projeto de Decreto Legislativo nº 188/14. Votação nominal, o painel já está à disposição.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Adriano Boiadeiro	- ausente
- Deputada Ana da Oito	- sim
- Deputado Cláudio Carvalho	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Edvaldo Soares	- sim
- Deputada Epifânia Barbosa	- sim
- Deputado Euclides Maciel	- sim
- Deputado Flávio Lemos	- ausente
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jaques Testoni	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- ausente
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luiz Cláudio	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Neodi	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Valdivino Tucura	- sim
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

Votação encerrada. Projeto aprovado com 16 votos. Vai ao Expediente.

Registrar a presença aqui do Vereador Menudo Vieira, Câmara Municipal de Nova Brasilândia. Obrigado, Vereador Menudo. E dos Vereadores Luiz PM e Abel Pinheiro, Câmara Municipal de Theobroma; e do Vereador Jeferson Lima, Câmara Municipal de Jarú. Obrigado, Vereador. E do Vereador José Cláudio, da Câmara Municipal de Jarú. Obrigado a todos pela presença. Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº189/14 DO DEPUTADO VALDIVINO TUCURA, concede Título honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Senhor Wellington Pedro Pimentel Jennings.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer. Pedir para o Deputado Euclides dar o parecer no projeto.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Projeto de Lei 189/14 do eminente Deputado Valdivino Tucura, também concedendo Título Honorífico de Cidadão. Nosso parecer também é favorável, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer que é pela aprovação do projeto do Deputado Euclides. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em discussão e votação única o Projeto de Decreto Legislativo 189/14 do Deputado Valdivino Tucura. Votação nominal, o painel já está à disposição.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- ausente
- Deputado Adriano Boiadeiro	- ausente
- Deputada Ana da Oito	- sim
- Deputado Cláudio Carvalho	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Edvaldo Soares	- sim
- Deputada Epifânia Barbosa	- sim
- Deputado Euclides Maciel	- sim
- Deputado Flávio Lemos	- ausente
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jaques Testoni	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- ausente
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luiz Cláudio	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Neodi	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Valdivino Tucura	- sim
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

Com 15 votos favoráveis. Está aprovado. Vai ao Expediente.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 214/14 DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA, concede Medalha de Mérito Legislativo ao Dr. Juiz Federal Herculano Martins Nacif, da 5ª Vara Ambiental e Agrária do Município de Porto Velho.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pedir para o Deputado Euclides dar o parecer no projeto.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Projeto de Decreto Legislativo nº214/14 do Deputado Jean Oliveira, concedendo Medalha de Mérito Legislativo ao Dr. Juiz Federal Herculano Martins Nacif, pelo excelente trabalho. Nosso parecer também é favorável, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável Deputado Euclides. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em discussão e votação única o Projeto de Decreto Legislativo nº 214/14. Votação nominal, o painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Adriano Boiadeiro	- ausente

- Deputada Ana da Oito	- ausente
- Deputado Cláudio Carvalho	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Edvaldo Soares	- sim
- Deputada Epifânia Barbosa	- sim
- Deputado Euclides Maciel	- sim
- Deputado Flávio Lemos	- ausente
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jaques Testoni	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- ausente
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luiz Cláudio	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Neodi	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Valdivino Tucura	- sim
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

Votação encerrada, com 15 votos favoráveis. Está aprovado. Vai ao Expediente.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº220/14 DO DEPUTADO LUIZ CLÁUDIO, concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Senhor João Cipriano Nascimento Filho.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer das Comissões. Peço para a Deputada Glaucione dar o parecer no projeto.

A SRA. GLAUCIONE – Senhor Presidente, Senhores Deputados, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo, nº 220/14, de autoria do Deputado Luiz Cláudio, que concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Senhor João Cipriano Nascimento Filho. Nosso parecer é favorável.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável da Deputada Glaucione. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em discussão e votação única o Projeto de Decreto Legislativo nº220/14 do Deputado Luiz Cláudio. Votação nominal, o painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Adriano Boiadeiro	- ausente
- Deputada Ana da Oito	- ausente
- Deputado Cláudio Carvalho	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Edvaldo Soares	- sim
- Deputada Epifânia Barbosa	- sim
- Deputado Euclides Maciel	- sim
- Deputado Flávio Lemos	- ausente
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jaques Testoni	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- ausente

- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luiz Cláudio	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Neodi	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Valdivino Tucura	- ausente
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

Votação encerrada, com 14 votos favoráveis. Está aprovado. Vai ao Expediente.
Próxima Matéria

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 1373/14 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 181. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por anulação, até o montante R\$ 688,040,00, em favor das Unidades Orçamentárias Superintendência de Gestão de Suprimentos, Logística e Gastos Públicos Essenciais - SUGESPE e Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o Parecer. Peço para o Deputado Euclides dar o parecer ao projeto.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Projeto de Lei 1373/14 do Poder Executivo/Mensagem 181, autorizando o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por anulação, até o montante de R\$688.040,00, em favor das Unidades Orçamentárias SUGESPE e também a Secretaria de Estado de Assistência Social. É mais do que justo, Senhor Presidente, até porque isso aqui já estava aguardado por essas empresas para o seu pagamento. Então, o nosso parecer é favorável, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do nobre Deputado Euclides. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em discussão e votação o Projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº224/14 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 171, Altera a Lei Complementar nº 732, de 03 de outubro de 2013.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer. Deputado Euclides.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Projeto de Lei nº224/14 do Poder Executivo, mensagem 171, alterando a Lei Complementar nº732, de 03 de outubro. O nosso parecer também é favorável, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do nobre Deputado Euclides Maciel. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação Projeto de Lei Complementar nº224/14 do Poder Executivo. Votação nominal e o painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- ausente
- Deputado Adriano Boiadeiro	- ausente
- Deputada Ana da Oito	- ausente
- Deputado Cláudio Carvalho	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Edvaldo Soares	- sim
- Deputada Epifânia Barbosa	- sim
- Deputado Euclides Maciel	- sim
- Deputado Flávio Lemos	- ausente
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jaques Testoni	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- ausente
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luiz Cláudio	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Neodi	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Valdivino Tucura	- ausente
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

Encerrada a votação. Com 13 votos favoráveis, está aprovado. Vai a segunda discussão e votação. Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 232/14 DO DEPUTADO NEODI, Dá nova redação aos artigos 4º, 5º, 26, 27, 36, 49, 53, 57 e 58 da Lei Complementar nº 665, de 21 de maio de 2012, que “Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores da Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer. Deputado Euclides dá o parecer ao projeto.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Projeto de Lei Complementar nº 232/14 de autoria do Deputado Neodi, Dá nova redação aos artigos 4º, 5º, 26, 27, 36, 49, 53, 57 e 58 da Lei Complementar nº 665, de 21 de maio de 2012, que “Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores da Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON. O nosso parecer, Senhor Presidente, é favorável.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do nobre Deputado Euclides Maciel. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 232/14 do Deputado Neodi. Votação nominal e o painel já está aberto.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Questão de Ordem, Senhor Presidente. Só quero parabenizar a iniciativa do Deputado Neodi, por se tratar de matéria relevante e que, com certeza, vai contribuir indiretamente muito para o fomento da economia do Estado de Rondônia, Deputado Neodi.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Adriano Boiadeiro	- ausente
- Deputada Ana da Oito	- ausente
- Deputado Cláudio Carvalho	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Edvaldo Soares	- ausente
- Deputada Epifânia Barbosa	- sim
- Deputado Euclides Maciel	- sim
- Deputado Flávio Lemos	- ausente
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jaques Testoni	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luiz Cláudio	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Neodi	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Valdivino Tucura	- ausente
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Votação encerrada. Aprovado o projeto com 13 votos, em primeira discussão e votação. Vai a segunda discussão e votação. Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 1181/14 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 025, Estabelece a oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional, na Escola Estadual de Ensino fundamental e Médio Professor Francisco Desmorest Passos, localizada no Distrito de Nazaré, município de Porto Velho, e dá outras providências.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer no projeto, com Emenda Aditiva. Deputado Kaká.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Projeto de Lei nº 1181/14, que estabelece a oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor **Francisco Desmorest Passos**, localizada no Distrito de Nazaré, município de Porto Velho, e dá outras providências.

Pela legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável ao projeto.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Deputado Kaká. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. *Está aprovado o parecer.*

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 1181/14, com Emenda Aditiva do Poder Executivo. Votação simbólica. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a segunda discussão e votação. Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 1201/14 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 044, Institui o procedimento da descentralização de créditos orçamentários em matéria previdenciária e adota outras providências.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Registrar a presença aqui do Josemar Beatto, Prefeito do município de Colorado. Obrigado, Josemar, pela presença. E do Silas de Castro, Secretário Municipal de Planejamento de Colorado do Oeste, Rondônia. Obrigado, Secretário, obrigado, Prefeito, pelas presenças.

Falta o parecer no projeto, com substitutivo. Pedir ao Deputado Kaká Mendonça para dar o parecer.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Mensagem 044, que institui o procedimento da descentralização de créditos orçamentários em matéria previdenciária e adota outras providências. Com substitutivo, somos de parecer favorável pela legalidade e constitucionalidade.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do projeto com substitutivo do Deputado Kaká. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontra, os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 1201/14 com substitutivo do Poder Executivo. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 1403/14 DEPUTADO LUIZ CLÁUDIO, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores Amigos do Bairro Centenário, sediada no município de Rolim de Moura.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O projeto falta o parecer. Deputado Kaká dá o parecer no projeto.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Projeto de Lei 1403, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores Amigos do Bairro Centenário, sediada no município de Rolim de Moura, de autoria do Deputado Luiz Cláudio. O projeto encontra toda a documentação exigida para se tornar de utilidade pública e por isso somos de parecer favorável.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Obrigado, Deputado. Em discussão o parecer que é pela aprovação do projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 1403/14 Deputado Luiz Cláudio. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 1406/14 DEPUTADO HERMÍNIO COELHO, institui a Câmara de Defesa do Contribuinte - CADECON, e dá outras providências.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer, Deputado Kaká Mendonça.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Projeto de Lei 1406, de autoria do Deputado Hermínio Coelho, que institui a Câmara de Defesa do Contribuinte - CADECON, e dá outras providências. Pela legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável ao projeto.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Em discussão o parecer do Deputado Kaká que é pela aprovação do projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 1406/14 do Deputado Hermínio Coelho. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

Está aprovado, tendo a registrar aqui que teve o voto contrário do Deputado Jean Oliveira. Está aprovado só com um voto contrário. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 1405/14 DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO, proíbe a revista íntima de visitantes nos estabelecimentos prisionais, e dá outras providências.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer, Deputado Kaká.

O SR. LEBRÃO - Questão de Ordem, Sr. Presidente? Eu gostaria de acrescentar uma emenda nesse projeto aí, solicitando um prazo de 180 dias para que o Executivo implante, faça a adequação de equipamentos de última geração para que a gente possa fazer a liberação e a aprovação desse projeto.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Projeto de Lei 1405 de autoria do Deputado Hermínio Coelho, que proíbe a revista íntima de visitantes nos estabelecimentos prisionais, e dá outras providências.

Acatando a emenda do Deputado Lebrão que determina um prazo de 180 dias para que o Governo entre numa adequação e implementos de alta tecnologia.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado. Em discussão parecer favorável com a emenda do Deputado Lebrão. Os Deputados favoráveis permanecem como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 1405 do deputado Hermínio. Esse projeto proíbe a revista íntima dos visitantes nos estabelecimentos prisionais, e dá outras providências. Os Deputados favoráveis permanecem como se encontram, os contrários se manifestem. Esse projeto é o seguinte: o Governo vai ter que colocar a forma de revista nas cadeias, nos presídios de Rondônia, revistas dignas, que respeite as pessoas que vão visitar seus parentes ou amigos lá nos presídios ou nas cadeias de Rondônia.

Está aprovado em primeira discussão e votação. Vai a segunda votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE RESOLUÇÃO 124/14 DA MESA DIRETORA, dispõe sobre os valores da hora-aula para atividade de docência no âmbito da Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e dá outras providências.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta parecer, Deputado Euclides dá o parecer.

O SR. EUCLIDES MACIEL – O Projeto de Resolução 124/14 da Mesa Diretora, dispõe sobre os valores da hora-aula para atividade de docência no âmbito da Escola do Legislativo. O nosso parecer é favorável, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Deputado Euclides. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em discussão e votação única o Projeto de Resolução 124/14 da Mesa Diretora. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEBRÃO, que requer a Mesa, nos termos do parágrafo único do artigo 199 do Regimento Interno, seja dispensado o interstício regimental para apreciação em segunda discussão e votação dos projetos de Lei 224/14, Projeto de Lei Complementar 232/14, Projeto de Lei 1181/14, Projeto de Lei 1201/14, Projeto de Lei 1373/14, Projeto de Lei 1403/14, Projeto de Lei 1405/14 e Projeto de Lei 1406/14.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o Requerimento do Deputado Lebrão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Requerimento.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Não há mais matérias, senhor Presidente. Encerrada a Ordem do Dia.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu quero aqui falar, nós apresentamos uma... Todo final de mandato os Deputados, a Assembleia Legislativa sempre resolve e acerta, determina qual é o salário do Governador para o próximo mandato. Isso é a iniciativa da Assembleia e tudo. O Governo mandou um ofício aqui para a Assembleia dizendo o seguinte: que não quer aumento. Que não quer aumento. Eu até sempre digo, porque quem rouba naquele tanto não precisa de aumento de salário. Ele não quer aumento de salário. Mas ele não quer aumento de salário exatamente porque aumentando o salário dele o teto de vários servidores do Estado também teriam reajuste, teriam aumento. E quando ele não quer aumento é, exatamente, para não conseguir aumento para outro servidor do Estado que recebe pelo teto, que é o salário dele. E nós vamos atender o ofício dele, mas nós não vamos aumentar o salário dele e nem dos Secretários, que ele eles mandaram, os Secretários querem aumento, mas nós não vamos dar aumento para nenhum. Ele não quer, a gente não vai dar.

E nós entramos com uma PEC, com a Emenda na Constituição do Estado, onde o servidor do Estado, o teto dos servidores do Estado não seria mais o teto do Governador, seria sim o teto do Desembargador. Como são os servidores do Tribunal de Justiça, são os servidores da Assembleia, são os servidores da Defensoria, são os servidores do Tribunal de Contas, de Justiça, enfim, só do Executivo é que não é. E para acabar esta questão de oportunismo e resolver de uma vez por todas, a gente propôs a Emenda, e ela iria ser, ela não iria partir de 2015 já, o servidor do Estado não iria já receber pelo teto do Judiciário, iria ser a cada, iria ser gradativo: em 2016 um pouco em 2017, 2018 atingiria o teto do Poder Judiciário. Nós conseguimos, no entendimento aqui na Assembleia, consegui oito assinaturas de Deputados e apresentamos o Projeto que já foi lido hoje, mas para votarmos, para aprovarmos a Emenda na Constituição precisamos de 16 votos. E nós não conseguimos hoje, não é que tem Deputado contra, não é isso, mas é que tem alguns Deputados que querem discutir mais. E

essa PEC, Deputado Adelino, nós podemos votar ela a qualquer momento, nós poderemos votar em janeiro, poderemos votar em fevereiro, em março, podemos votar em qualquer momento. E têm algumas categorias de trabalhadores, algumas lideranças que são contra, que é contra. Eu quero dizer para os nossos trabalhadores da Educação, da Saúde, da Segurança Pública, dos nossos Técnicos Tributários, todos os trabalhadores do Estado, que a gente não é, porque se fosse para a gente escolher quem era que a gente teria prioridade para defender, a minha prioridade era defender muito mais o professor, o enfermeiro, o trabalhador pequeno. Mas nós não podemos ficar neste discurso e defendendo essa lógica que os nossos Auditores Fiscais, ou Delegados, ou outro servidor do Estado não possa, ter que ficar: não, não pode enquadrar o nosso. Isso não é justo. Eu acho que cabe, cabe cada trabalhador, todos os trabalhadores do Estado se organizar e lutar. Mas nós não podemos colocar, não podemos trabalhar e os anos, que se aumentar o salário deles prejudica os outros trabalhadores que existem, isso é desculpa de gente ruim. Não existe. Não existe. Foi feito por Defensores, foi feito para todo mundo, por que não pode ser feito pelos Auditores? E vamos lutar para que outros servidores do Estado, o Médico, por exemplo, nós temos que trabalhar para o Médico do Estado também ter o teto do Judiciário. Hoje um Médico no Estado ganha oito mil por mês, nós estamos perdendo médicos para o Acre, para o Amazonas. Ninguém quer trabalhar em Rondônia. Nós não vamos medir o salário de outros profissionais pelo da gente, nós temos que lutar para que um dia o salário dos outros, salários dos trabalhadores menores, dos professores, dos auxiliares da Educação, da Saúde ou de outras áreas do Estado também. Nós não podemos trabalhar, isso é hipocrisia se a gente defender essa lógica. Nós temos que valorizar, sim, e que para cada vez mais esse segmento trabalhe cada vez motivado e que melhore cada vez mais a nossa arrecadação e, sem botar a faca no pescoço dos nossos empresários, dos nossos contribuintes. Nós precisamos, sim, valorizar eles como temos que valorizar todos. E a luta nossa é para que um dia todo servidor do Estado tenha a dignidade que a gente sabe que não é o caso.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Questão de Ordem, senhor.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Cláudio.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Só de forma rápida. Acompanhando aí o raciocínio de Vossa Excelência, no Estado em que um professor ganha R\$1.800,00, R\$2.000,00, nada tenho contra quem ganha vinte e que quer ganhar trinta, cada um quer melhorar seu salário, mas no Estado que nós temos dificuldade com um professor ganhando R\$1.800,00, R\$2.000,00, é Médico ganhando R\$8.000,00 e a gente está com uma preocupação neste momento de aumentar o teto de algumas pessoas que já chegaram no teto e deixando a preocupação, e mesmo tento, mas o mesmo ou quase nada fazendo com as pessoas, os funcionários que ganham menos. No meu entendimento não é a prioridade, eu acho que se o teto está lá em cima eu estou preocupado não é com quem está querendo ultrapassar o teto, estou preocupado é com as pessoas que trabalham e que ganham R\$1.800,00, R\$1.500,00 e que precisa ser melhorado em sua remuneração. Então, precisa melhorar quem ganha o teto? Precisa, mas não é prioridade de que tenha um professor que está em sala de aula que precisa dar uma melhorada no salário. Portanto, eu discordo do posicionamento de Vossa Excelência e deixo a minha preocupação maior com aqueles funcionários que

ganham menos. Por isso registro aqui que votarei, se for à votação, votarei contra esse Projeto de Emenda Constitucional.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Cláudio, então, se caso nós, se os Deputados, os Auditores, os Juizes, Desembargadores baixarem os salários, vamos baixar os nossos salários, não vamos baixar os nossos salários para ver se eles aumentam os salários dos professores. Aumenta nada. Não pode é usar essa desculpa. Usar essa desculpa, porque é muito fácil, é muito fácil o cara chegar e dizer: não, um Deputado ganha R\$30.000,00 parece que é o fim do mundo, parece que é o fim do mundo. Se nós, os Deputados, se nós os políticos ganhássemos o salário que nós ganhamos e fizéssemos a coisa certa com certeza. Quando eu falo nós, não sou eu, não é o Deputado Edson, não é o Deputado Lebrão, eu falo de forma geral. Se a nossa política fosse melhor, com certeza, talvez os trabalhadores, os outros trabalhadores ganhassem mais. Nós não podemos estar dizendo que o salário de um Deputado de vinte e poucos mil é um salário monstruoso, porque se nós ganhássemos esse salário e fizéssemos a coisa certa está sendo bem pago. Nós não podemos trabalhar assim, Deputado Cláudio, porque é muito fácil Vossa Excelência usar esse discurso, usar o discurso para ganhar o aplauso da galera. Eu digo não, não é justo um professor ganhar R\$1.800,00. Mas com essa política que nós fazemos neste Estado nós nunca vamos poder pagar um salário decente para um Professor, como não podemos pagar para um PM, como nós não poderemos pagar um Policial Civil. Nós temos que parar com essa hipocrisia. Nós só vamos mudar isso não é com o discurso, é com prática, é zelando pelo dinheiro público, é fomentando o setor produtivo para o Estado arrecadar melhor e produzir mais. Aí, sim, vamos ter condições de pagar um salário melhor para o servidor. Nós não poderemos ficar aqui dizendo que a desgraça da maioria do nosso povo é consequência porque um Deputado ou um Auditor, um Juiz ganha vinte ou oitenta mil.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Pois não, Deputado Kaká.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Eu queria até parabenizar Vossa Excelência porque o Estado ele tem que começar a fazer, na verdade, uma equiparação neste sentido e aqui eu concordo que, como disse o Deputado Cláudio, a gente, cada um tem o seu merecimento, a categoria da Educação, a da Saúde, os Auditores, os Procuradores. Eu vou só dar um exemplo aqui do que acontece com o nosso Estado. O Estado abre um concurso público, vou dar um exemplo do que aconteceu no DER. Aí, contrataram quatro novos Procuradores para o DER, que o DER paga um preço muito alto, o DER não, quem paga é o povo, porque é o Estado que paga, porque não tinha quem defendesse a instituição, aí colocam um vencimento que não é a realidade que ocorre no país, aí colocam um Procurador no DER para ganhar sete, oito mil e o DETRAN ganha dezessete, eu defendo que todos tem que ganhar dezessete, dezoito ou vinte, tem que equiparar. O que acontece? Você pega essa molecada que está aí pronta para trabalhar, com vontade, com determinação, se ela chegar num teto que ela sabe que é igualitário e que vale a pena ela se dedicar, ela não vai estar lá do DER usando aquele salário de seis, sete, mil, para ficar estudando ou fazendo cursinho para querer ser Promotor, Procurador, ou procurar um outro cargo melhor, porque a função é a mesma. Estou dizendo isso porque lá no DER colocaram

quatro. Dos quatro, três, um virou Juiz, dois viraram Promotores e um passou no concurso está no Amapá. Aí o Estado investe nesse cidadão, você está entendendo? Investe nele, quando ele está pronto para trabalhar ele pede as contas porque ele alcançou o objetivo. E muitos deles falam assim: Deputado, se eu tivesse um vencimento que fosse a realidade de outros Estados ou daqui eu ia me dedicar, ia trabalhar, ia estar feliz e é por isso que eu defendo, eu acho que tem que ganhar bem, os auditores fiscais têm uma responsabilidade muito grande porque as galinhas, os ovos das galinhas de ouro deste Estado estão nas mãos dessas pessoas que têm a responsabilidade de cuidar do FISCO, não é verdade? E a gente vê a responsabilidade que eles têm. Então, paga mal, o cidadão não se dedica bem, a nossa sorte é que a maioria ainda tem família, tem um vínculo aqui, tem uma história aqui, mas quando entra essa moçada nova que vem de outros Estados aqui, ele usa isso aí como trampolim para fazer um concurso em outro Estado e vai embora com dois, três anos, e ficam os antigos. Agora, paga bem para ver se ele não finca o pé aqui! Paga bem para ver se ele não vai produzir aqui!

Então, o senhor está de parabéns, Vossa Excelência que vai ficar aqui levanta essa bandeira para unificar, para ter qual que é a diferença do Procurador do DETRAN para o Procurador do IPERON, para o Procurador da Secretaria de Saúde, da Educação, todos têm que ganhar bem para poder, com certeza, prestar um serviço de qualidade e não acontecer o que está acontecendo, para que o Estado fique investindo nesses profissionais que são competentes, é o que eu estou falando, é um orgulho para o Estado ter aí quatro Procuradores, que é o caso do DER que eu conheço, três deles já são Promotores de Justiça, dois Promotores e um Juiz, e um passou recentemente em um concurso lá no Amapá. E aí? O Estado investiu, se ele tivesse ganhando um salário justo, com certeza, eles iam contribuir muito para o DER, para o Estado de Rondônia. Então, parabéns! Vossa Excelência tem razão, eu acho que sempre que puder isso é muito importante. Parabéns!

O SR. NEODI – Questão de Ordem, Sr. Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não Deputado Neodi.

O SR. NEODI – Eu gostaria, Sr. Presidente, que submetesse o Projeto ao Plenário, para que o Plenário deliberasse se coloca em pauta ou não. Porque eu acho que tem vários segmentos de entendimentos, um entende que deve; outro, que não deve, e cada um vota de acordo com a sua vontade. É lógico que nós gostaríamos de estar aqui, como disse o Deputado Cláudio Carvalho, dando salários dignos para professores, e eu ouvi esses dias uma explicação do Governo Federal nessa questão dos professores que deveriam ter um salário maior, mas, infelizmente, muitas vezes falta recurso para isso. Agora, tem pontos estratégicos no Estado, inclusive, há pouco tempo foi feito um concurso aqui no Estado de Rondônia para Procuradores, Deputado Adelino, e o que aconteceu? A maioria dos Procuradores talentosos já foram embora, porque o salário do Procurador aqui do Acre era mais do que o dobro do salário dos Procuradores aqui do Estado de Rondônia. Não é diferente com os Auditores Fiscais, hoje em 22 Estados da Federação Brasileira que já têm hoje o teto total dos Desembargadores, e esse Projeto de Vossa Excelência vai ser gradualmente, só em 2018 que vai chegar ao teto dos Desembargadores. O que vai acabar acontecendo? Vai acabar que aqueles que realmente estudaram e estão preparados para realmente fazer um trabalho que precisa ser feito no Estado de Rondônia vão acabar fazendo outros tipos de concurso em outros Estados. acabam

indo embora e o Estado ficando com deficiência. E é uma área importante o trabalho dos Técnicos Tributários, o trabalho dos Auditores Fiscais, é uma coisa importante. Eu acho que tem algumas coisas que fogem ao Poder da Assembleia Legislativa de legislar e fazer com que realmente as pessoas tenham a condição à altura do nível do trabalho que exercem.

Então, eu acho que, para a gente... Temos hoje aqui um quórum bastante elevado, 22 Deputados, e uma PEC ela precisa de 16 votos para ser aprovada. Coloque em votação, quem concordar que realmente precisa fazer isso, vota favorável; quem não quiser, achar que não deve, que é incoerente dar esse aumento aos Auditores, vota contra. Eu acho que a democracia é assim, cada Deputado aqui tem o direito de votar de acordo com a sua consciência. Esse é o meu encaminhamento.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Questão de Ordem, Sr. Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Luizinho.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Só fazer um encaminhamento em referência ao Requerimento apresentado pelo Deputado Neodi, que Vossa Excelência realmente submetesse ao Plenário e se inclui na pauta ou não.

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, Sr. Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Lebrão.

O SR. LEBRÃO – Eu entendo que nós fizemos uma reunião nos bastidores da Assembleia Legislativa e acordamos de não colocar em votação esse Projeto hoje. Quer dizer, que se for colocado esse Projeto em votação hoje, vou pedir vista dele. Eu entendo que ele entrou de última hora e nós temos que analisar mais esse Projeto para ver o impacto que teremos na folha do Estado para não onerar os cofres públicos do Estado de Rondônia mais do que já está. Então, esse é o posicionamento, o meu respeito à opinião, eu entendo também que nós temos que ter grandes profissionais trabalhando em prol do desenvolvimento do Estado de Rondônia, mas nós temos que hoje ver outras camadas de funcionários públicos que, infelizmente, estão aí abaixo da miséria em matéria de salário. Então, esse é o meu posicionamento.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. NEODI – Questão de Ordem, Presidente? Questão de Ordem só, Deputado Euclides?

É um direito que Vossa Excelência tem, Deputado Lebrão, de pedir vista do Projeto, mas também é um direito regimental para que seja colocado em apreciação nesta Casa se coloca em votação ou não. A partir do momento que colocar em votação, Vossa Excelência poderá pedir vista e, com certeza, vai ter o direito de vista que é previsto no Regimento Interno desta Casa.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Euclides.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Só para confirmar, Presidente, eu acho que eu concordo num assunto que não tem nada a ver quanto vai ganhar um fiscal, quanto vai ganhar um técnico,

quanto vai ganhar um professor, quanto vai ganhar um auditor, isso não interessa, cada um busca a melhoria para a sua categoria. Agora, para um bom entendimento, é impossível que nós aqui possamos ter um teto acima, até porque eu ouvi um dia de um auditor, eu fui falar com ele sobre os técnicos, a resposta que tive foi a seguinte: “Se o técnico quiser, estude e vire auditor”. Eu quero dizer para os auditores, “se eles quiserem ser perpétuos, Desembargador, estudem, virem Juiz”. Então, é a mesma coisa, a mesma resposta que eu tive, e se Vossa Excelência não pedir vista eu peço vista, eu peço vista.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Aí é que está, acredito que é muito justo o Deputado Neodi reivindicar para colocar na pauta, o Deputado Lebrão pedir vista, mas esse tipo de... esse discurso de justificar que se aumentar do servidor e não aumentar dos outros? Primeiro, porque não manda. Então, manda para cá para nós aumentarmos dos professores, porque se eu pudesse, se nós pudéssemos aumentar aqui dos professores, dos técnicos e de todos os servidores do Estado, nós aumentávamos, mas nós não temos essa iniciativa. Agora, nós não podemos ficar aqui, porque se for desse jeito, nós, Deputados aqui, então, vamos baixar o nosso salário para dois mil, igual do professor, para mil e quinhentos. Esse discurso, eu não concordo quando o cara fala que um Deputado ganha trinta, Deputado está falando em aumentar para trinta e poucos mil o salário do Deputado, a nação cai matando, está lá nas televisões, a mídia falando: “que isso é um absurdo”. Um absurdo é roubar, é roubar. Se nós ganhássemos trinta mil e fizéssemos, quando eu falo, e de novo repetindo isso: todos os políticos, todos fizemos a obrigação deles, trinta mil estava sendo muito bem pago, não é com esse discurso, esse discurso que é muito bom você fazer o discurso, eu sempre, a minha defesa, até porque eu sou peão, minha defesa é sempre do trabalhador, muito mais do trabalhador pequeno do que do grande, mas aqui não é questão de fazer defesa de “a” ou de “b”, é questão primeiro da maioria dos Estados, 22 Estados já têm essa política, outros trabalhadores têm direito, porque o auditor não tem? Não dá, nós estamos parecendo aquele, um caso que aconteceu lá em São Paulo, Deputado Ribamar. Tinha um coitado de um pai de família, morava lá num barraco, numa favela, e o cara que era o ‘boqueiro’ da favela, o bonzão da boca, que mandava no pedaço, todo dia, quando ele queria, chegava lá no barraco do miserável e quando ele batia na porta o miserável já entrava debaixo da cama, já se escondia debaixo da cama. O cara vinha, subia em cima da cama do cara e ficava com a mulher do cara. A mulher foi se cansando daquilo, que o cara sempre entrava debaixo da cama e não fazia nada. E a mulher foi e falou: “- Poxa, você não faz nada?” Aí ele fala que fez cocô no sapato do cara. O cara, quando subiu na cama, deixou o sapato debaixo da cama e ele fez cocô ali. Não é por aí, não tem... esse discurso, é muito fácil a gente ficar colocando colega contra colega e não é a solução. Nós temos que discutir as coisas primeiro. Nós acabamos de fazer aqui no Estado, copiamos uma lei do Estado de Minas Gerais, duas leis, com relação à questão dos presos e à questão do conselho, e aprovamos. Isso aí, em 22 Estados já é assim. Vamos discutir qual é o Estado que paga melhor o professor, que paga melhor o PM, que paga melhor a Polícia Civil e vamos fazer igual também, porque essa desculpa que não pode é desculpa esfarrapada, porque se trabalhasse direito, é lógico que não tem como o Estado aumentar o salário de quem ganha mil hoje para três mil amanhã, mas vamos trabalhar para daqui a três, quatro anos o professor ter um salário melhor, o PM ter um salário melhor. Isso tudo pode ser feito. E não é com esse discurso que nós estamos fazendo aqui que nós vamos fazer,

dizer: não, não pode porque ele já ganha muito e outro ganha pouquinho e aquele aumento deles vai impedir que o trabalhador pequeno receba aumento. Se a gente for usar esse discurso, a gente vai dar razão para o Governo, que usa, pode ter até quinhentos mil por mês, quinhentos mil por mês, na corrupção, esses quinhentos mil saem por minuto. Isso, na mão do Mosquini, sai num segundo, quinhentos mil.

O SR. EDVALDO SOARES – Questão de Ordem, senhor Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. EDVALDO SOARES – Senhor Presidente, eu entendo perfeitamente aqui a fala do Deputado Neodi, vejo a preocupação dele em colocar para votar, entendo e concordo em parte com a fala do Deputado Cláudio Carvalho, mas apenas para não deixar esse clima de que um quer votar, o outro não quer votar. O que acontece é que nem todos estão por dentro cem por cento desse Projeto. E foi acordado ali no fundo que não seria votado hoje. O senhor viu que duas pessoas, parece, que vão pedir vista. Isso estaria prejudicando, se colocasse o Projeto para votar. Então, a sugestão é que não se coloque para votar, se converse e discuta e chega, porque sua ideia é uma ideia fantástica, da progressão, eu acho que é por aí mesmo, mas deve ser melhor discutida para colocar sem que o Projeto venha a ser prejudicado e cumpra aquilo que foi acordado lá no fundo.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Sim, a discussão é muito boa aqui mesmo, mesmo que nós discutimos lá não tem problema nenhum discutir aqui. A discussão sempre é muito boa e não tem problema nenhum, o direito que os Deputados que estão pedindo para colocar vista, isso não tem problema nenhum, discutir impacto, enfim, tudo. Eu falo só essa questão de você usar esse argumento que o trabalhador, que não é justo você fazer isso porque vai prejudicar o trabalhador pequeno. Isso é que eu acho que não teria... Esse discurso é um discurso que pega sim e que não é o problema. O discurso que realmente é difícil a gente falar de aumentar salário de quem já ganha melhor, aonde a maioria dos trabalhadores ganha muito pouco, mas nós não podemos usar esse argumento porque senão a gente nunca... E é isso que eles querem.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Senhor Presidente, só para concluir aqui o raciocínio. O Deputado Kaká, eu acho que até saiu, falou, mas saiu. O que o Deputado Kaká colocou aí, nada tem a ver com o Projeto em discussão. O que está sendo discutido aqui é se a gente tira a obrigatoriedade que está no teto do Governador ser o teto do restante dos funcionários e elevar o teto de Desembargador, não é isso? Seria isso aqui a discussão, não que um Procurador do DETRAN ganha vinte e que o outro ganha sete. Primeiro que já fizeram errado, que não deveria ser dessa forma. Então, nada tem a ver com essa coisa. Mas nós precisamos ter a sensibilidade e eu não tenho nenhum problema de defender proposta 'a' ou 'b' e muito menos Governo. Vocês viram e a minha situação aqui, nesta Casa, posso até defender um Projeto que muitas vezes é de interesse do Governo, mas não porque esteja defendendo com politicagem, que eu não faço politicagem nem na época da eleição, quanto mais agora que não se pode falar de eleição, mas uma coisa que é convicção minha e eu fico feliz da gente poder discutir isso aqui, porque a maioria dos Projetos às vezes é aprovada sem a mínima discussão. E essa discussão que se faz aqui, em algo tão importante, só engrandece a Casa, mas

é um direito de cada um pedir vista ou algo desse tipo. Dificilmente será aprovado porque nós estamos nas últimas sessões e é algo muito complexo. Eu tenho plena convicção de que aumentar teto nessa época, com a dificuldade que se tem no Estado, e não vamos falar em roubo, não, porque quem rouba está errado, ninguém está dizendo que tem que roubar, quem rouba um dia vai para a cadeia. Então, não é essa a desculpa: porque tem roubo vamos fazer isso. Se tem roubo, vamos prender quem está roubando. Mas esse teto ser elevado agora sem olhar para trás e olhar as pessoas, os professores e outros profissionais que ganham bem menos, só a diferença, Presidente, do teto do Governador para o Desembargador, você pode ver que já dá para pagar aí a diferença, às vezes, até de um salário de um professor. Então, não que eles não mereçam, mas a gente tem que olhar para aqueles que mais precisam e foi para isso que eu vim para esta Casa, para defender aqueles que mais precisam.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Cláudio, mas aí é que está, se a gente pudesse olhar, mas nós vamos fazer o que pelos que mais precisam? Vamos fazer o quê? Nós podemos aumentar um centavo para aqueles que mais precisam? Nós não podemos. O que eu falo não é questão também de Governo, o Projeto aqui não é nem do Governo. Eu estou dizendo assim, esse discurso, você discursar isso, não estou falando você, estou falando no geral, qualquer pessoa usar, é o que usa contra nós políticos. Pois eu, se eu fosse Governador, eu queria muito aumento sim de salário, eu não vou assumir um Estado desse, ter a responsabilidade de governar um Estado que nem o nosso, para ganhar vinte mil bruto por mês, Deputado Ribamar. Eu não vou nunca. Eu queria ganhar cinquenta, sessenta, setenta, para cuidar bem do Estado. Agora, esse tipo de coisa é que não é legal. E qualquer trabalhador, para mim, eu tenho orgulho quando o trabalhador ganha vinte mil, vinte e cinco mil, quando ele produz. Tem trabalhador aqui na Assembleia que ganha mais de vinte mil e se eu pudesse pagar cinquenta eu pagaria cinquenta porque eles valem. A mesma coisa no Estado. Agora, nós não podemos é isso, nós não podemos, porque, meus companheiros técnicos, não adianta, não vai ser esse discurso que um dia nós vamos dar dignidade aos outros servidores do Estado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero parabenizar pela sua ideia de defender essa ideia de aumentar salário. Quem não quer aumentar salário? Eu fui 12 anos Prefeito, e a gente conhece. Hoje o problema é que os municípios e os Estados estão dividindo, os municípios ficam com 14%, o Estado com trinta, 30%, 32% do recurso e o governo federal fica com 64% do recurso. Então, nós ficamos aqui dividindo o que sobra. Então, Deputado Hermínio, ninguém quer que não aumente salário, mas nós precisamos que seja discutido dentro da nossa realidade. Se eu estou lá, a Lei de Responsabilidade Fiscal, agora que a Presidente Dilma pediu inclusive para alterar a Lei, porque ela já gastou o que não tinha, nós, no nosso orçamento, na nossa Casa, se eu tenho um orçamento x, eu não posso gastar y, eu tenho que dividir dentro da possibilidade. Então, a realidade do Estado hoje, eu gostaria de saber, não sou contra nem sou a favor, eu queria saber o impacto que daria isso realmente, para a gente discutir. Agora, esses dias nós aprovamos aqui o Projeto da EMATER, o Governador não questionou recurso, não, porque o recurso que nós estamos

tirando da Secretaria de Cultura nós estamos colocando lá R\$64.000.000,00 para a EMATER, tudo certo, o recurso é o mesmo, mas vai contar na folha. Então, esse vai entrar, eu já vi no gasto do Estado, tem quarenta e quatro ponto não sei o quê por cento de gasto, aí já está no índice já do limite, agora tem que entrar isso, tem que entrar. Nós precisamos ver, nós temos que agora em janeiro dar aumento para os servidores no geral, então precisa ser discutida essa situação, eu não sou contra, não, eu sou a favor que todo mundo ganhe bem, mas nós precisamos ver a nossa realidade, estudar todas as categorias para que não seja feita injustiça com ninguém. Então, a minha posição hoje é de não votar esse projeto para a gente estudar e ver de fato o impacto real. Obrigado.

O SR. NEODI – Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não.

O SR. NEODI – Na verdade, Sr. Presidente, é que foi falado em dificuldade, a impressão que eu tenho que as mazelas, os desmandos que acontecem no Estado é responsabilidade do servidor. Pode ter certeza, eu ouvi o Deputado Euclides falando a questão dos técnicos, pode ter certeza, Deputado Euclides, se tivesse um projeto aqui para aumentar o salário dos técnicos, eu estaria votando favorável porque eu entendo a importância que tem os Técnicos Tributários para arrecadação do Estado, da mesma forma que tem os Auditores Fiscais. Eu acredito que se o Governador mandou um projeto aqui para a Casa pedindo para não aumentar o salário dele, deve ser porque ele não precisa, ele deve ter outras fontes de renda. Agora, se ele não precisa, ele não pode tirar o direito adquirido dos servidores que estão trabalhando, dando o suor para arrecadar para o Estado poder realmente pagar um salário melhor para o professor, para o policial, para todos os servidores do Estado de Rondônia. E tem muita gente que não tem noção do que é um Técnico Tributário, não tem noção do que é um Auditor Fiscal, não tem noção do que é importante para o Estado de Rondônia ter uma Procuradoria eficiente e, muitas vezes, vota contra e discute projeto que não conhece a realidade, não conhece aonde está a fonte, o coração do Estado, de onde vem os recursos, quem é o responsável para gerir esses recursos, porque muitas vezes se vota e se discute projetos sem conhecimento e aí não tendo conhecimento você tem uma noção distorcida das coisas. É lógico que se puder hoje nós estarmos aqui aprovando um aumento de 20%, 30% no salário de todos os servidores do Estado de Rondônia pode ter certeza que seria a maior alegria minha e de todos os colegas que estão aqui, mas é preciso, quando se discute um projeto, saber o que está discutindo, saber realmente o que aquilo representa para o Estado de Rondônia, e o impacto desse aumento progressivo dos Auditores Fiscais não é uma coisa que vai quebrar o Estado, até porque ele já em 2015 não vai ter impacto nenhum, vai ser progressivo, é muito pequeno o impacto em 2015. E agora, o que eu fico muitas vezes entristecido porque aqueles que gostariam de também estar ganhando mais muitas vezes são contra quando vê o colega tendo um salário, acho que não é por aí o caminho, eu acho que nós temos que estar unidos.

Então, é preciso haver o entendimento, o discernimento de cada um, e o Deputado Euclides falou ali que um Auditor disse para ele que Técnico é Técnico e Auditor é Auditor. É lógico que Técnico é Técnico e Auditor é Auditor, é a mesma coisa que Vereador é Vereador e Deputado é Deputado, e tem diferença de salário do Técnico e do Auditor, tem diferença do salário do Deputado Estadual e do Deputado Federal, isso é lógico que tenha porque um não pode fazer a função do outro, mas é preciso ter um entendimento e ter uma discussão de

alto nível de conhecimento da realidade daquilo que está acontecendo.

Então, eu gostaria, Sr. Presidente, eu respeito a opinião de cada um dos Parlamentares aqui, dos meus colegas aqui, sempre fiz isso, sempre foi esse o meu comportamento, estou encerrando praticamente o meu terceiro mandato, que o primeiro exerci aqui como suplente três anos e os últimos dois mandatos como titular. Já fui presidente desta Casa e sempre respeitei a opinião de cada um, isso aqui é uma casa democrática, como disse o Deputado Cláudio Carvalho, graças à democracia a oportunidade que a gente tem de poder estar discutindo e cada um colocar de uma forma coerente o seu posicionamento. Eu respeito o posicionamento de cada um, respeito o posicionamento do Deputado Lebrão de pedir vista, da mesma forma o Deputado Euclides, mas eu e outros Deputados aqui também temos um outro entendimento e como é uma Casa democrática vamos colocar para cada um se posicionar, quem for contrário que coloque para votar, vota para não colocar em pauta, aqueles que forem favoráveis votem e se coloque, se tiver votação cada um vota de acordo com a sua consciência, com o seu entendimento. Então, é esse o meu encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu só queria, Jean, Neodi e Deputados, agora está tendo a discussão para o teto do ministro que é o maior teto do país, o teto do Ministro do Supremo, trinta e cinco mil, para ir para trinta e cinco mil, de Ministro do Supremo, o desembargador ganha 90% ou é 92% do Ministro nos Estados, agora é que eles estão discutindo para o teto de Ministro do Supremo, ir para trinta e cinco mil, 27% são do Imposto de Renda já come aí quase dez mil, ficam vinte e poucos mil, é lógico que se o cara for dizer que vinte e poucos mil se for comparar com o salário da maioria dos trabalhadores que ganham um mil, um mil e quinhentos, o cara acha monstruoso, mas não pode um Ministro do Supremo ganhar vinte e poucos mil e achar que isso é um absurdo ou um Ministro do STJ, um Desembargador de Rondônia ou de qualquer Estado do Brasil, tem engenheiros e profissionais dessas empresas grandes no Brasil e no mundo que ganham quatro, cinco vezes mais do que isso. Isso é que eu não concordo porque se a gente for comparar salário de trinta mil, porque o salário de trinta mil hoje é um salário que dá para o cidadão viver bem, não dá para enriquecer, não, é para viver bem, porque eu ganho isso e não estou rico. Agora, se a gente for comparar com o salário do servente, ou do pintor, ou do pedreiro, aí é lógico que o negócio aí fica feio, é triste mesmo se a gente for discutir aumento aqui, mas o salário de trinta mil para um Senador, para um Deputado, para um Governador, para um Ministro do Supremo, para um Desembargador, é um salário até pequeno, até pequeno. Hoje se você for fazer a obrigação direitinho, você precisa de segurança, você perde a liberdade, você precisa de um tipo de vida que não é uma vida comum e não é barato. Aí se a gente for entrar nessa discussão, Cláudio, é que eu acho que é uma discussão que nós nunca vamos chegar a lugar nenhum nessa discussão.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Sr. Presidente....

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, Questão de Ordem. Encaminha em Plenário e põe para votar.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Jean.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, eu queria dizer que de fato se a gente pudesse reconhecer melhor as categorias do Estado, eu acho que muita coisa precisa ser feita para todas as categorias, desde os valorosos policiais militares, os nossos professores precisam de fato de aumento salarial, mas hoje o que está em pauta, em discussão são os Auditores Fiscais. Nós estamos falando de quem trata da captação de recurso de tributos do Estado, transformando em moeda corrente líquida para poder subsidiar a educação, subsidiar a segurança, a saúde, subsidiar tudo que acontece na máquina pública, então nós estamos falando dos Auditores Fiscais. O salário é alto, mas equivalente a responsabilidade, a ideia de receber bem é para que a pessoa não fique suscetível a influência alheia, Presidente. Porque todos nós sabemos que o Auditor Fiscal trata direto com o empresário, grande empresário, aquele que recolhe tributos, quantos empresários sonegadores ou que tentam sonegar, ou que sonegariam ou não só sonegam porque nós temos uma equipe de Auditores Fiscais competentes no Estado de Rondônia.

Então, nós estamos tratando de uma categoria que quando eu cheguei aqui como visitante ali naquela plateia eleito Deputado Estadual, na ocasião eu era vereador de Porto Velho, mas já era eleito Deputado Estadual, eu estava presenciando aqui uma sessão extraordinária no mês de janeiro, eu iria tomar posse em fevereiro. E naquela ocasião, em 2011, janeiro de 2011, eu vi nessa tribuna, nesse Plenário ser discutido aumento salarial dos auditores fiscais e mais uma vez eles perderam, foram derrotados. Ficaram quatro anos estagnados, chegou o momento de fato de se reajustar a perda salarial daqueles que são responsáveis pela arrecadação do Estado. Então, eu acho, que nós estamos falando aqui de discutir, se não 100%, mas nós tínhamos que chegar a um equilíbrio, numa situação que não causasse tanto impacto financeiro, mas que de fato tirasse eles desse período de estagnação e desse a eles o reajuste financeiro que eles precisam, justamente para não existir a questão da influência alheia, porque hoje quanto menos um auditor fiscal ganhar mais suscetível a qualquer tipo de situações que não são lícitas cada vez fica mais fácil, é o que acontece com o Juiz e com o Promotor, existe reajuste financeiro deles justamente para Promotor e Juiz não ficar suscetível a coisas erradas. Então, eu acho que é justo, o auditor fiscal é um cargo importante para o nosso Estado, assim como outros, Deputados Cláudio. Agora, eu não posso dizer aqui que eu não vou reajustar o salário de um auditor fiscal porque tem outros que estão ganhando menos, nós temos que entender que uma coisa é o equilíbrio da outra é uma corrente de fato, é difícil julgar qual é a mais importante, mas o auditor fiscal tem sua importância e tem que ser analisado individualmente nesse contexto. Obrigada, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Neodi, não vamos colocar em pauta, não vamos colocar em pauta, tem Deputados que vão pedir vista, Deputado Neodi, não vamos colocar em pauta. Primeiro, precisa de dezesseis votos e Deputados vão pedir vista. Pediu vista, eu vou ter que dar vista, é um direito que o Deputado tem de pedir vista. O importante para nós, já em janeiro... Pra você ver como são as coisas, o Governo se comprometeu com a cúpula da Segurança Pública que em janeiro, ele já quer que no início de janeiro a Assembleia funcione, ele vai chamar uma extraordinária, os Deputados se reunirem aqui, inclusive para colocar, como é que chama a carreira jurídica, por exemplo, da Polícia Civil e da Segurança Pública. Jurídica, como é que chama? Regime jurídico. Eu não consigo entender isso, parece que já sinalizou para os Auditores também, mas é como eu falei, eu não acredito, eu não acredito nesse Governo, eu não acredito de

jeito nenhum, mas aí o Deputado Lebrão falou de competência, nós temos sim competência para mudar a Constituição e colocar de forma gradativa que não vai dar impacto de prejudicar o Estado em nada, não vai prejudicar o Estado, se o Estado reunisse... E negociando: “olha, estamos fazendo isso aqui, vamos discutir também com os nossos técnicos, vamos melhorar para nossos técnicos”, vamos buscar o que, porque é diferente você resolver o problema de cem trabalhadores para vinte mil professores, o problema está aí, se ainda fosse só trezentos professores, é lógico que era muito mais fácil nós lutarmos para professor ter um salário melhor, o problema é ai, aí é que está, não adianta a gente comparar uma coisa com a outra, senão não vamos chegar a lugar nenhum nunca. É completamente diferente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, uma Questão de Ordem.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, é o seguinte: no meu entendimento, de toda forma, como disse o Deputado Jean, e a gente sabe que são quatro anos sem nenhuma reposição, se nós não votarmos este ano, mais um ano, o ano que vem aí vai para cinco. Então, no meu entendimento, a matéria, já que foi proposto pelo Deputado Neodi, a gente submete ao Plenário, se caso o Deputado Lebrão pedir vista da matéria, o Deputado Euclides, e a matéria morreu, se caso a gente submeter e daqui a pouco os Deputados mudem de ideia, pelo menos vai valer a matéria porque de uma forma ou de outra está perdido, está sacrificado.

O SR. LEBRÃO – Uma Questão de Ordem.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputados.

O SR. LEBRÃO – Eu entendo o seguinte: quando a gente se reúne ali atrás para discutir qualquer tipo de projeto e chega dentro de um acordo e chega na hora muda, quer dizer, a palavra nossa não está valendo mais nada. O projeto entrou hoje, está sendo votado hoje, eu entendo que nós temos condições de discutir melhor, ver o impacto que isso causa dentro da folha. Nós teremos um aumento de 6% nos próximos anos, os funcionários públicos do Estado de Rondônia, e o que tem segurar essa matéria mais um mês ou dois meses? Eu entendo que é muito melhor não colocar em pauta e não precisar pedir vista e a gente discutir melhor essa matéria e se colocar em votação. Eu quero dizer aos Auditores Fiscais que eles vão perder, aí vai prejudicar realmente o projeto e não é isso que nós queremos que aconteça. Nós queremos que haja uma discussão mais ampla para chegar a um denominador comum e votar sem nenhum tipo de problema, sem nenhum tipo de constrangimento. Agora, eu entendo também que não adianta mais estender essa discussão que já está a uma hora discutindo aí para não chegar a nenhum lugar, porque se colocar em votação, eu vou pedir vista do projeto.

O SR. NEODI – Senhor Presidente, uma Questão de Ordem.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. NEODI – Eu fiz um requerimento e gostaria que Vossa Excelência analisasse o requerimento que eu fiz. Eu fiz um requerimento que colocasse em votação se vota o projeto ou

não. Eu gostaria que fosse respeitada a minha posição como Parlamentar desta Casa. Eu gostaria que colocasse em votação e os Deputados que quiserem votar, para votar, votem, os que não quiserem, não votem, acabou.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Olha, Deputado Neodi, eu vou colocar em votação, eu vou colocar em votação e é lógico que a maioria... Deputado Neodi, mas aí, se a maioria decidir para votar o projeto da pauta, aí vai ser votado na pauta, mas aí o Deputado Lebrão vai pedir vista, eu vou dar para ele.

O SR. NEODI – Presidente, faz parte desta Casa, faz parte, gostaria que Vossa Excelência atendesse o meu requerimento...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu vou colocar em votação.

A SRA. GLAUCIONE – Uma Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Neodi, não é nem regimental, mas eu vou conceder. Mas é como eu lhe falei, nós estamos fazendo não sei o quê, porque nós sabemos que não vai dar em nada, pois o Deputado Lebrão vai pedir vista e eu vou dar a vista para ele, eu sou obrigado a dar.

A SRA. GLAUCIONE – Presidente, uma Questão de Ordem.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputada.

A SRA. GLAUCIONE – Nesta Casa tudo é voto e nós temos uma grande parte aqui que concorda em colocar o projeto dos Auditores para votar. Então, eu sou favorável também, porque eu vejo o seguinte: a pessoa conquistou através de uma batalha, de um estudo, da mesma forma que nós conquistamos o nosso espaço aqui eles conquistaram o deles lá e o salário é esse, só que hoje eles estão estagnados e eu sou favorável que coloquem para votar. E aí o pleno decide se vota favorável ou se vota contra.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não, eu vou, Neodi, eu vou pedir, Deputada Glaucione, eu vou pedir para o Deputado Neodi para nós entrarmos num acordo e ficar acertado o que ficou acertado lá atrás na reunião. Quando for a próxima legislatura ou na extraordinária, se tiver, em janeiro, vem para a pauta o projeto e nós discutimos. Até porque, tendo esse compromisso a Assembleia de discutir esse projeto bem discutido e depois aprovar, porque ele não entra em vigor, pelo menos a gente não espera nenhum tipo de aumento em janeiro agora, se nós votarmos, por exemplo, em fevereiro não prejudicaria em nada o projeto... Não, não, mas os Auditores não querem nem aumento em 2015 se esse for o problema, eles querem é garantia que daqui a três anos eles não fiquem dependentes de Governador ficar fazendo média, esse negócio de não aumentar, aumentou para prejudica eles, nós temos que sair disso, tirar o servidor da mão desse tipo de políticas mesquinhas de ficar fazendo onda, porque é muito fácil dizer, não, não quero aumento de salário, isso é bonito, não é?

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, Senhor Presidente, mais uma vez. Faremos um compromisso de colocar em votação na primeira sessão ordinária que nós tivermos na Assembleia Legislativa, enquanto isso nós temos tempo para discutir o projeto.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – E quinze de fevereiro. Aí, Deputado Neodi, eu acho que não precisa a gente colocar em votação.

O SR. NEODI – Eu queria saber qual a diferença. Ele já disse que vai pedir vista, se ele pedir vista, ele tem 03 Sessões. Nós estamos praticamente na última Sessão Ordinária...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Sim.

O SR. NEODI – Aí, vai ser exatamente conforme o Deputado está querendo. Aí, na 1ª Sessão do ano que vem Vossas Excelências vão votar. Agora, eu estou pedindo para que seja respeitado o meu direito que eu tenho como Parlamentar, que seja colocada a apreciação do meu Requerimento, eu não estou pedindo para votar o projeto, eu estou pedindo para que seja votado o meu Requerimento e disso eu não abro mão.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Está bem. Vamos colocar em votação o requerimento do Deputado Neodi, que é para incluir na Ordem do Dia a PEC de autoria nossa e de mais 07 Deputados na Ordem do Dia, PEC 080. Os Deputados que estiverem de acordo de nós incluirmos na Ordem do Dia desta Sessão se manifestem. Os que forem favoráveis se manifestem. Levantem a mão.

O SR. NEODI – O senhor tem que conduzir melhor esse encaminhamento, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Que seja favorável a incluir na Ordem do Dia o projeto.

O SR. NEODI – São favoráveis, eu acho que tem que permanecer como se encontram, os contrários é que tem que se manifestar. Sempre foi feito dessa forma.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu estou falando favorável a incluir o projeto na Ordem do Dia.

O SR. NEODI – Permanece como se encontram, os contrários é que se manifestem.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Sim. Permanece como se encontram, os contrários se manifestem. É a maioria a favor do projeto, que vá para pauta. Nós vamos colocar na Ordem do Dia na próxima Sessão Ordinária.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária no prazo de um minuto com a finalidade de aprovar em segunda discussão e votação os projetos, as matérias aprovadas nesta Sessão. Em primeira discussão e votação a Emenda Constitucional 030 e também inclui na Ordem do Dia, conforme o requerimento do Deputado Neodi, a Emenda Constitucional 030.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 19 horas e 02 minutos)

**ATA DA 41ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 8ª LEGISLATURA**

Em 9 de dezembro de 2014

Presidência dos Srs.
HERMÍNIO COELHO - Presidente
LUIZINHO GOEBEL - Deputado

Secretariados pelo Sr.
LEBRÃO - 1º Secretário

(Às 19 horas e 14 minutos é aberta a Sessão.)

PARLAMENTARES PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Ana da 8 (PT do B), Cláudio Carvalho (PT), Edson Martins (PMDB), Edvaldo Soares (PMDB), Epifânia Barbosa (PT), Euclides Maciel (PSDB), Flávio Lemos (PR), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Kaká Mendonça (PTB), Lebrão (PTN), Luiz Cláudio (PTN), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PP), Neodi (PSDC), Ribamar Araujo (PT), Saulo Moreira (PDT), Valdivino Tucura (PRP) e Zequinha Araujo (PMDB).

PARLAMENTARES AUSENTES: Adriano Boiadeiro (PRP) e Jaques Testoni (PSD).

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 41ª Sessão Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Peço a dispensa da leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata da Sessão anterior, e determino a sua publicação no Diário da Assembleia Legislativa. Passamos à Ordem do Dia. Solicito ao nosso Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE LEI Nº 1366/14 DO PODER EXECUTIVO - MENSAGEM 178, dispõe sobre a alteração dos anexos I e II de que trata o artigo 3º, da Lei nº 2.623, de 4 de novembro de 2011 - Plano plurianual para o exercício de 2012 - 2015.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pedir aqui para o nosso relator do Orçamento, Deputado Ribamar Araújo, fazer a leitura do relatório.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Excelentíssimo Senhor Hermínio, Presidente, nobres Pares, herei a partir de agora Projeto de Lei nº 1366/14 do Poder Executivo que dispõe sobre a alteração dos anexos I e II de que trata o artigo 3º da Lei nº 2.623, de 4 de novembro de 2011, Plano plurianual para o exercício de 2012 - 2015. Relator Deputado Ribamar Araújo. Comissão de Finanças, Economia, Tributação e Orçamento.

RELATÓRIO

Preliminares: Através da Mensagem nº 178, de 15 de setembro de 2014, o Excelentíssimo Senhor Governador do

Estado, submete à apreciação e deliberação desta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 1366/14, que “ Dispõe sobre a alteração dos Anexos I e II de que trata o artigo 3º da Lei nº 2.623, de 4 de novembro de 2011 - Plano Plurianual para o período de 2012-2015”.

Conforme disposto no artigo 249 do Regimento Interno deste Parlamento, o projeto foi incluso em pauta e distribuído para esta Comissão, para emissão de parecer sobre a proposição, nos termos do § 1º do artigo 135 da Constituição do Estado.

Em análise preliminar, verificamos que o Plano Plurianual para o período está estruturado em programas e ações, conforme artigo 3º da proposição, contendo os anexos programas e ações de governo por órgãos e unidades orçamentárias.

Em 17 de novembro de 2014, através da Mensagem nº 198/2014, o Poder Executivo enviou projeto substitutivo ao projeto original, em face de alterações promovidas no projeto de lei orçamentária para o exercício financeiro de 2015.

Com essas considerações, damos por concluídas as preliminares e passamos a emitir o nosso parecer sobre o conteúdo formal e material do projeto em análise.

O Parecer: Nos termos do artigo 29, § 2º inciso I, combinado com o artigo 248 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, à Comissão de Finanças, Economia e Orçamento compete opinar sobre o projeto de lei do plano plurianual do Estado. Sobre o referido o plano, preconiza o § 1º do artigo 165 da Constituição Federal que:

A Lei que institui o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Em relação ao citado dispositivo da Constituição Federal, constatamos que o Plano Plurianual para o período foi regionalizado em 10 (dez) regiões, com a finalidade de reduzir as desigualdades regionais, aplicando os recursos públicos em regiões mais carentes da presença do Estado. Com esse intuito, as metas físicas previstas foram revisadas, conforme se pode constatar nos anexos do projeto em questão.

Quanto aos aspectos legais e de técnica legislativa e redacional, verificamos que o Projeto Substitutivo atende as disposições da Lei Complementar nº 236, de 2000, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das Leis conforme determina o parágrafo único do artigo 37 da Constituição Estadual.

O Voto: Diante da constitucionalidade e legalidade da matéria, o nosso voto é pela emissão de parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 1.366/2014, na forma do Substitutivo encaminhado pela Mensagem nº 198/2014.

Plenário das Comissões, 09 de dezembro de 2014.

Deputado Ribamar Araújo.

Relator.

Obrigado, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Ribamar. Em discussão e votação o parecer do Relator, Deputado Ribamar Araújo. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer do nobre Deputado Ribamar Araújo.

Em discussão e votação única o Projeto de Lei nº 1366/14 do Poder Executivo, que dispõe sobre a alteração dos Anexos I e II de que trata o artigo 3º, da Lei nº 2.623, de 04 de novembro de 2011 – Plano Plurianual do período 2012 – 2015. Relator

Ribamar Araújo. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado com substitutivo. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 1365/14 DO PODER EXECUTIVO - MENSAGEM 177, que estima a receita e fixa a despesa do Estado de Rondônia para o exercício financeiro de 2015.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Peço ao Deputado Ribamar Araújo para fazer a leitura do Relatório da Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Comissão de Finanças, Economia, Tributação e Orçamento.

Propositura: Projeto de Lei nº 1.365/14

Autor: Poder Executivo

Ementa: Estima a receita e fixa a despesa do

Estado de Rondônia para o exercício financeiro de 2015.

Relator: Deputado Ribamar Araújo

RELATÓRIO

Preliminares: Em conformidade com as disposições do artigo 135, § 4º, inciso II da Constituição Estadual, através da Mensagem nº 177, de 15 de setembro de 2014, o Senhor Governador do Estado submeteu à apreciação e deliberação desta Casa Legislativa o Projeto de Lei que “Estima a receita e fixa a despesa do Estado de Rondônia para o exercício financeiro de 2015”.

Sob o comando do artigo 249 do Regimento Interno, a matéria foi lida na Sessão Ordinária do dia 23 de setembro, autuada e distribuída em avulso de acordo com o § 1º do artigo 206 do Regimento Interno, para conhecimento de todos os Deputados. Em seguida, o projeto foi encaminhado a esta Comissão para a designação de relator e abertura de prazo para a apresentação emendas.

Em reunião Ordinária da Comissão de Finanças e Orçamento, fui escolhido pelos seus membros como relator da proposta orçamentária do Estado para o exercício de 2015, o que muito nos honrou e aceitamos o desafio de analisar e emitir parecer sobre o Projeto mais importante do ano neste Parlamento e de vital interesse para toda a sociedade rondoniense.

De início, destacamos que, na mensagem que encaminhou o Projeto de Lei em questão, afirma o senhor Governador que “A propositura está em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2015, constantes na Lei nº 3.395, de 16 de junho de 2014, bem como as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a qual estabelece normas de finanças voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal”.

Afirma ainda o senhor Governador do Estado que, na elaboração do projeto que estabelece o orçamento fiscal e da seguridade social do Estado de Rondônia para o exercício de 2015, foram observados os princípios da eficiência, eficácia, efetividade e economicidade que norteiam a Administração Pública, e descreve ações na área de Saúde, Educação, Segurança, Habitação e Rodovias.

Entretanto, em que pese ser assegurada a observação das normas contidas da Lei de Diretrizes orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2015, em face de algumas impropriedades contidas no Projeto da Lei Orçamentária, dentre as quais citamos a insuficiência de recursos previstos para as

transferências constitucionais obrigatórias aos Municípios e para atender as emendas parlamentares, no dia 17 de novembro, o Senhor Governador enviou Projeto Substitutivo, o que acabou por atrasar a análise e emissão de parecer sobre a matéria, visto que tivemos que retomar o trabalho do início, cujo resultado apresentamos a seguir.

De acordo com o artigo 2º do Projeto Substitutivo, estima-se a receita total do Estado para o exercício financeiro de 2015 em R\$ 7.319.773.982,00 (sete bilhões, trezentos e dezenove milhões, setecentos e setenta e três mil e novecentos e oitenta e dois reais), e fixa-se a despesa total em idêntico valor, conforme o artigo 4º do Projeto.

Do montante fixado para a despesa total para o orçamento de 2015, R\$ 3 bilhões, 283 milhões e 739 mil reais estão provisionados para despesas com pessoal e encargos sociais, que corresponde a 44.86% da despesa total; R\$ 3 bilhões, 21 milhões e 418 mil reais são para outras despesas correntes, ou seja, 41.28% do total e R\$ 981 milhões e 480 mil reais são para investimentos, correspondendo a 13.41% do total, conforme se pode verificar no demonstrativo das dotações orçamentárias por unidade e natureza da despesa, elaborado pela Consultoria Técnica desta Comissão de Finanças e Orçamento.

Com essas considerações, damos por concluídas as preliminares, destacando que o trabalho desta relatoria sobre a proposição que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2015 pautou-se, em especial, na verificação do cumprimento das obrigações constitucionais e legais que regem a matéria e na análise das despesas fixadas para o próximo exercício por órgão e unidade orçamentária.

O Parecer: Iniciando pelos aspectos constitucionais, dispõe o **caput** do artigo 165 da Constituição Federal que o orçamento anual será estabelecido através de lei, de iniciativa do Poder Executivo, determinando os incisos I e III do parágrafo 5º do citado artigo que:

A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Nesse sentido verificamos o cumprimento da formalidade exigida pela Constituição Federal, visto que o artigo 1º do Projeto de Lei estabelece que o Orçamento do Estado para o exercício de 2015 compreende o Orçamento Fiscal e o orçamento da Seguridade Social, sendo este composto pelas unidades orçamentárias que cuidam das áreas de saúde, previdência e assistência social. Nos incisos I e II do artigo 4º do Projeto de Lei estão fixados os valores do Orçamento Fiscal para Seguridade Social.

Quanto aos aspectos legais para fixação das despesas dos Poderes e Instituições, o artigo 13 da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO estabelece que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, o Tribunal de Contas do Estado e a Defensoria Pública do Estado elaborarão suas respectivas propostas orçamentárias para 2015, tendo como base as dotações consignadas no exercício de 2014, acrescida do mesmo percentual estimado de crescimento da receita da fonte 100 (cem) do Tesouro Estadual.

De acordo com a projeção das receitas por fonte de recursos para o exercício de 2015, submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado, nos termos do Parágrafo Único

do artigo 10 da LDO-2015, as despesas das unidades orçamentárias para o exercício de 2015 serão as fixadas para o corrente exercício financeiro, acrescidas do percentual de 4.5% (quatro e meio por cento), que é o percentual estimado de crescimento da receita da fonte 100 (cem) para 2015.

Verificamos que no artigo 5º da proposição, onde estão fixadas as despesas por unidade orçamentária, são destinados, em números redondos, R\$ 194 milhões e 735 mil reais para a Assembleia Legislativa. R\$ 119 milhões e 455 mil reais para o Tribunal de Contas. R\$ 504 milhões e 173 mil reais para o Tribunal de Justiça. R\$ 212 milhões e 897 mil reais para o Ministério Público e R\$ 44 milhões e 243 mil reais para a Defensoria Pública, excluindo-se os recursos a serem arrecadados pelos fundos próprios do TJ, TCE, MP e DPE.

Confrontando os artigos 10 e 13 da LDO, que trata sobre o crescimento da receita e limita o valor da despesa e das despesas fixadas no artigo 5º da proposição, constatamos que somente a despesa fixada para a Assembleia Legislativa, com crescimento de 4.5%, e a fixada para a Defensoria Pública, por conta da exceção prevista no § 3º do artigo 13 da LDO, estão em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme demonstrado no “Comparativo Trienal das Dotações Iniciais por Instituição”.

No referido comparativo, verificamos que a variação percentual entre as despesas fixadas para os exercícios de 2014 e 2015 é de 14.63% para o Tribunal de Contas, 16.28% para o Tribunal de Justiça e de 13.52% para o Ministério Público, ou seja, bem acima do percentual de crescimento previsto para a fonte 100 do Tesouro Estadual.

Ao buscar explicação para tamanha diferença, constatamos que grande parte desse aumento se deve à descentralização da execução orçamentária de pagamento das aposentadorias e pensões das referidas unidades, a partir de 2015.

Assim, considerando que o limite de crescimento da despesa é 4.5%, de acordo com os cálculos contidos na planilha acima referida, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e o Tribunal de Contas estariam com as despesas fixadas para o exercício de 2015 acima do limite permitido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, com excesso de:

- a) R\$ 35.467.239,50 (trinta e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, duzentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos), que corresponde a 8.87% acima do limite;
- b) R\$ 7.451.688,97 (sete milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, seiscentos e oitenta e oito reais e noventa e sete centavos, que corresponde a 4.18% acima do limite; e
- c) R\$ 9.927.500,00 (nove milhões, novecentos e vinte e sete mil e quinhentos reais), que corresponde a 10.48% acima do limite.

Entretanto, em reunião com o Senhor Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, ocorrida nesta data, o mesmo foi categórico ao afirmar que as dotações orçamentárias das referidas instituições não estão com os excessos acima apontados, que o percentual de 4.5% deve ser aplicado sobre o total da despesa fixada para o exercício de 2014, visto que a descentralização orçamentária previdenciária somente vai ocorrer a partir de 2015.

Dessa forma, deixamos de propor qualquer medida saneadora em relação ao apurado, em face do próprio Poder Executivo reconhecer que as propostas orçamentárias do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado guardam conformidade com as disposições da LDO. Destacamos que acatamos as solicitações do Poder Executivo, contidas nos ofícios nº 1.897, de 03 de dezembro, e de nº 1.892, de 08 de dezembro, ambos da Secretaria de Estado de

Planejamento e Gestão, no sentido de, respectivamente, destinar mais vinte milhões de reais para complementar a dotação necessária para as transferências constitucionais obrigatórias aos municípios e incluir como unidade orçamentária no exercício financeiro de 2015 a empresa pública EMATER-RO. Também foram elaboradas, processadas e acatadas todas as emendas individuais e de bancada, na forma do artigo 25 da LDO, de acordo com as informações fornecidas por cada Deputado. De outro lado, resolvemos rejeitar três emendas de autoria de parlamentar que destinavam dotações para a Secretaria de Estado de Educação e para a Defensoria Pública do Estado, devido à extrapolação do limite previsto na LDO para cada Deputado.

Assim, considerando as dotações das unidades orçamentárias dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado e das emendas acima referidas, fixamos a despesa total por unidade orçamentária conforme consta no quadro em anexo, denominado de Dotação Aprovada 2015, onde estão demonstrados os valores deduzidos e acrescentados em cada unidade orçamentária. Dessa forma, diante do exposto acima, foi necessário propormos um substitutivo ao projeto de lei do orçamento para o exercício financeiro de 2015, cujos valores das dotações das unidades orçamentárias já contemplam as emendas às despesas acatadas e as necessárias correções de redação no Projeto de Lei.

O voto: Diante das considerações constantes no presente Relatório, desde que acatado o Projeto Substitutivo em anexo proposto por este relator, o nosso voto é pela emissão de parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 1.365/2014, que “estima a receita e fixa a despesa do Estado de Rondônia para o exercício financeiro de 2015”.

É como votamos, nobres pares.

Plenário das Comissões, 09 de dezembro de 2014.
Deputado Ribamar Araújo
Relator.

Muito obrigado, senhor Presidente.

(Às 19 horas e 40 minutos, o Senhor Hermínio Costa passa a presidência para o Senhor Luizinho Goebel)

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Relatório em discussão. Em discussão e votação o parecer do eminente Deputado Relator Ribamar Araújo. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. *Relatório aprovado por unanimidade dos votos.*

Em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 1.365/2014, que estima a receita e fixa as despesas do Estado de Rondônia para o exercício financeiro de 2015. **Com Substitutivo.** Em discussão.

Para discutir, o Deputado Cláudio Carvalho.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Senhor Presidente, Deputado Luizinho, que ora ocupa a Presidência desta Casa, funcionários da Casa, Deputados e público aqui presente. Ouvindo atentamente aqui a leitura do Relator, nós observamos que nós temos aqui em Rondônia, para investimento, Deputado Adelino, cerca de novecentos milhões de reais. Aí a gente faz uma comparação desse recurso para investimento, se fosse cumprido o Relatório, de acordo, como ora deve ser aprovado, que seria, por exemplo, o empréstimo que foi contraído pelo Estado de Rondônia em 2013, foi 2013 não foi? 2012, foi um bilhão e cem mil reais, ou seja, o recurso que a gente tem para investimento é menor do que a dívida contraída em 2012,

para pagar ao longo dos anos dos próximos governos que aí estão, isso é uma preocupação. O orçamento em vigor, de 2014, foi uma colcha de retalhos, Deputada Glaucione. Quantos Projetos não vieram e hoje nós acabamos de aprovar um aqui fazendo mudança de orçamento de uma Secretaria para outra. Foi o tempo inteiro, então, um orçamento muito mal elaborado, que todos os dias chegam nesta Casa Projetos que visam alterar esse orçamento aprovado. Então tem uma elaboração mal feita, que em todos os momentos chega nesta Casa, em cima da hora, para que a gente possa aprovar alteração no orçamento, muitas vezes sem ter nenhuma condição de tempo de analisar com cuidado. Por isso deixa de forma muito triste a Assembleia Legislativa, que dentro de um tempo pequeno chegam as Mensagens do Executivo e dizem assim: “ou aprova ou você vai prejudicar um grupo de pessoas do município tal, de entidade ou Prefeitura”. E aí a gente não tem tempo de análise.

Um orçamento bem feito propicia, de uma forma mais fácil, uma fiscalização mais rigorosa, com mais cautela e propicia principalmente a facilidade de gerenciar a máquina, a coisa pública, algo que nós não temos visto nesses últimos quatro anos no Estado. E para se ter uma ideia de obras que foram construídas aqui, no ano de 2014 principalmente, aqui com recurso que foi já contraído desse empréstimo. A Estrada do Belmont, quem é de Porto Velho sabe do que eu estou falando, foi construída, reconstruída esse ano e o asfalto, Deputado Edvaldo, já foi embora, nas primeiras chuvas acabou, foi dinheiro jogado fora. Então, tem um orçamento mal feito e ainda tem a máquina pública que trabalha de forma que constrói e logo em seguida, esse asfalto, nas primeiras chuvas já foi embora, deixando um prejuízo aos nossos munícipes que já estão novamente na buraqueira, onde passa carreta e mais carreta do desenvolvimento, com soja, com petróleo, e já acabou esse asfalto do empréstimo contraído que os próximos governos vão pagar aí ao longo do tempo.

E pensando nesse orçamento de 2014, vocês lembram bem quando nós aprovamos, o que é que estava sendo contemplado, Deputado Luizinho? O Nota Legal, vocês lembram do Nota Legal? Que as pessoas pegaram as notas e até hoje não receberam o que tinha que receber do Governo, o Plano Futuro que virou o atraso, que nada funcionou na Prefeitura com esse Projeto do Plano Futuro. Então, foi apenas uma aprovação de orçamento para a gente saber que o povo de Rondônia foi enganado com a aprovação daquele orçamento, devido a não execução dos projetos, seja de obra, seja de projetos sociais, como no caso do Plano Futuro e projetos econômicos, como o Nota Legal.

As estradas estaduais, nós que andamos neste Estado, eminente Deputado Lebrão, é triste a maneira que está no final do mandato as nossas estradas estaduais e a gente sabe que recurso teve, e teve muito, os investimentos que foram feitos do empréstimo uma das justificativas era melhorar as estradas, infelizmente as nossas estradas estão de pior qualidade, e agora que o empréstimo já foi gasto quase todo, o que será com esse orçamento aí, para investimento de novecentos milhões. De que maneira que não vão ficar os próximos quatro anos as estradas do nosso Estado? Por isso, eu lamento muito, eu sei que o nosso dever aqui, eminente Deputado Adelino, é aprovar o orçamento praticamente da maneira que veio para cá, e depois, além dessa aprovação, quem vai ficar aqui na Assembleia vai passar por inúmeras mudanças de recursos de uma pasta para outra para ser aprovado porque o trabalho da equipe de orçamento deste Governo é muito ruim e faz com que a sua execução também seja da mesma forma.

Por isso, nesta tarde, já noite, de hoje que nós aprovamos este orçamento que poderia ser um momento de final de ano de alegria, a gente fica triste porque as expectativas, as

frustrações, não tenham dúvida que estão aí na nossa porta. Agora há pouco a gente tratava de um assunto, e eu falei inúmeras vezes aqui, de uma importância muito grande de aumento de salário para servidor público e nesse momento que nós travamos essa discussão tão importante, Deputada Epifânia, que é o aumento e aqui tem uma equipe de Auditores Fiscais que com toda razão quer que tenha reajuste, mas ao mesmo tempo a gente olha para um professor ganhando mil e oitocentos reais e a gente sabe que nem os 6%, talvez, tenha condição desse Governo dar para o restante dos servidores. Seria bom dar o aumento para os Auditores, mas dar o aumento também na mesma proporção, ou até maior porque a desigualdade é muito grande, para os professores, para os médicos.

Eu ouvi aqui o discurso do Deputado Jean, me parece que não está aqui, que diz como se fosse a obrigação da honestidade, tem que ganhar bem para ser honesto, e não é assim. A obrigação de ser honesto é para quem ganha pouco, para quem ganha médio, para quem ganha muito ou até para quem não ganha nada, é uma obrigação de cada um de ser honesto, independente de salário. Se não é, é outra questão, mas não é por valor de salários que eu ou Vossa Excelência, eminente Deputado Lebrão, vamos ser honestos, se ganhar menos, a obrigação de ser honesto é de todas as pessoas. Não sei se teremos outra oportunidade, se amanhã vai dar quórum, se der quórum amanhã de manhã nós estaremos aqui para fazer essa discussão, se não, esta é a última sessão ordinária, é a penúltima, amanhã tem a última, geralmente na quarta dificilmente dá quórum, até porque as matérias foram votadas quase todas hoje.

Então, é o momento que a gente está aqui praticamente se despedindo. Eu tive essa felicidade dessa passagem aqui pela Assembleia, fui Vereador, fui Secretário de Transportes e Trânsito da minha Capital e estamos encerrando essa passagem pela Assembleia, a cada um dos Deputados todas as discussões que fiz desta tribuna foram discussões na área política, no campo da democracia, no campo de pensamentos que trago desde a minha formação de família e *a posteriori* da graduação que tive acesso, então a cada um dos Deputados e Deputadas que estão aqui eu deixo o meu apreço, a nossa discussão que tivemos, já falei, foi no campo da ideologia, e desejo a Rondônia e a cada um dos rondonienses ou rondonianos um feliz 2015 para cada um de nós que moramos e que amamos este Estado. Um abraço, obrigado a todos.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Ainda em discussão.

O SR. EDSON MARTINS – Senhor Presidente....

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Para discutir, Deputado Edson.

O SR. EDSON MARTINS – Senhor Presidente, eu só gostaria de reconhecer o grande trabalho que o nobre colega Ribamar fez nesses últimos dias, trabalhou muito, muita discussão com a equipe de planejamento do Governo na questão do orçamento, e fico feliz de estar hoje aqui aprovando o orçamento, talvez na última oportunidade este ano de estar aqui junto com alguns Deputados, o Deputado Luiz Cláudio que o ano que vem vai para Brasília como deputado federal, alguns que não foram reeleitos, mas que foram importantes nas discussões durante esses quatro anos que estivemos aqui juntos e acho que todas as discussões foram importantes, tenho certeza que os avanços que o Estado teve, apesar de muitas coisas que às vezes ficou a desejar, mas principalmente na área social, o povo do Estado de Rondônia teve grandes

conquistas na educação, na saúde, no social, e realmente nós não podemos negar, temos que reconhecer o trabalho do Governo do Estado, o trabalho da equipe do Governo, o trabalho de cada Deputado nesses quatro anos que, com certeza, contribuiu muito com o nosso Estado.

Gostaria de deixar registrado aqui a minha satisfação de hoje estarmos aprovando este orçamento onde foi muito bem discutido, cada Secretaria terá a sua parte, os Poderes, e desejar a todos aqui, os colegas Deputados, a imprensa, servidores desta Casa, que Deus continue abençoando, dando muita saúde, desejar um feliz Natal e que o ano de 2015 seja um ano realmente de muita paz, saúde e conquistas, tudo aquilo que não foi possível no ano de 2014 que nós possamos estar conquistando no ano de 2015. Deixar aqui o meu abraço...

O Sr. Cláudio Carvalho – Concede um aparte, companheiro?

O SR. EDSON MARTINS – Pois não Deputado, se bem que não é regimental o aparte, mas, pois não.

O Sr. Cláudio Carvalho – Só para complementar, quando Vossa Excelência coloca o avanço da educação, hoje eu estava assistindo um telejornal local e mostrava que uma escola só aqui na Capital foi assaltada treze vezes em menos de um ano, roubaram a merenda escolar ontem à noite dessa escola, com a retirada dos vigilantes das escolas. Então, eu fico pensando, que melhoria que nós tivemos na escola que até a merenda escolar pela décima terceira vez em um ano foi assaltada. Eu não consigo ver melhoria na educação, na saúde até que a gente pode ver alguma coisa, mas na educação eu não consigo ver. Eu consigo ver um retrocesso, que retiraram os vigilantes armados das escolas e em apenas um ano, ou até menos do que isso, treze vezes uma mesma escola foi assaltada, e não é só essa escola, todas as escolas praticamente foram assaltadas aqui na nossa Capital. Obrigado pelo aparte.

O SR. EDSON MARTINS – Obrigado, Deputado Cláudio Carvalho, pela sua fala. Eu só gostaria, Deputado Cláudio, de dizer que a educação, o índice que avalia a educação básica no Estado de Rondônia diz que a educação melhorou e a condição das escolas também. Lá visitando as escolas, Deputado Cláudio Carvalho, onde eram três reais por aluno, mudou para oito e hoje são dez, e até na questão de alguns roubos lá na escola, você não ouvia falar em roubo na escola, Deputado Cláudio Carvalho, porque não tinha nada para roubar, infelizmente, infelizmente a nossa educação estava numa situação muito difícil e não chamava a atenção, eu acho que nunca ninguém nem tentou entrar numa escola porque não tinha nem a merenda, lá na escola não tinha nada na verdade para ser roubado. Então, o avanço que houve na educação foi muito grande, chamou a atenção talvez até para o ladrão entrar lá na escola, mas eu acho que é notório o avanço que houve na educação no nosso Estado.

O Sr. Zequinha Araújo – Um aparte, Deputado?

O SR. EDSON MARTINS – Pois não, Deputado.

O Sr. Zequinha Araújo – Deputado, é uma satisfação também, parabéns pelo seu discurso, seu pensamento, parabenizar o Ribamar Araújo também, nosso Relator do orçamento, e dizer dos avanços, é verdadeiro, tanto é que o Governador veio à reeleição e foi reeleito, então é interessante que a população saiba, é importante, muito bom. E também dizer que neste momento nós, além de estarmos em confraternização de final de mandato até, mas desejamos que o novo ano que se

aproxima venha cheio de paz, de felicidade e que realmente a Assembleia Legislativa continue sendo este espaço de debate, de discussão para a sociedade. Então, que o orçamento é um orçamento promissor e, com certeza, renderá bons frutos para a população do Estado de Rondônia. Muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS – Muito obrigado a todos. Presidente, encerro aqui a minha fala para que possa prosseguir a votação do nosso orçamento. Obrigado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Deputado Neodi ainda para discutir.

O SR. NEODI – Senhor Presidente, senhores Deputados, senhoras Deputadas, hoje nós acabamos de votar, na verdade, vamos votar o orçamento, já foi votado o parecer. Eu quero aqui parabenizar meu companheiro, meu amigo de dois mandatos nesta Casa, uma pessoa que eu aprendi a respeitar e admirar, que eu não conhecia, conheci aqui nesta Casa, Deputado Ribamar Araújo, pela sua postura, pela forma, Deputado, que Vossa Excelência conduz o seu mandato, conduziu até aqui e tenho certeza que conduzirá nesse próximo mandato que Vossa Excelência já esteve, já está eleito, que o povo lhe legou mais um mandato de Deputado Estadual, tenho certeza que Vossa Excelência continuará honrando o povo do Estado de Rondônia. Parabenizar porque manteve a sequência, Deputado Ribamar, de que nós implantamos já, esse é o oitavo ano consecutivo que o orçamento, Deputado Luizinho, é aprovado até o dia 15 de dezembro de cada ano, isso é uma demonstração da responsabilidade. Quero parabenizar a cada companheiro, a cada colega aqui desta Casa que também fez a sua parte, contribuindo, ajudando, entregando essas emendas, fazendo aqui a sua parte para que o Deputado Ribamar pudesse estar concluindo. Parabéns, Deputado Ribamar, pela lisura com que Vossa Excelência tem tratado o seu mandato aqui, talvez, de repente seja a última oportunidade que estou tendo para estar aqui nesta tribuna, meu mandato está acabando, o ano legislativo está se encerrando amanhã, porque é na verdade dia 15 quando se vota o orçamento, e dia 15 é uma segunda-feira, portanto, não é dia de Sessão. Então, entendo que o ano, o nosso mandato, essa legislatura se encerra hoje, que já votamos o orçamento e as matérias que foram discutidas, que foram colocadas em pauta. Apesar de que, eu acredito que o Governo deverá convocar a Assembleia Legislativa para uma extraordinária ou talvez mande amanhã ainda, Deputado Cláudio Carvalho, um projeto tão importante que é a questão do Zoneamento Socioeconômico Ecológico que já poderia ter sido feito em 2013 e, infelizmente, infelizmente esse governo, Deputado Maurão, tem pecado muito em ações importantes para o Estado de Rondônia. E que não mandou até agora, inclusive conversei hoje com a Secretária, ela me disse que faz seis meses que ela entregou para o Governador a questão do Zoneamento, e nós sabemos a questão aqui do Minas Novas, aquele impasse que tem no Minas Novas que com a 3ª Aproximação do zoneamento Socioeconômico Ecológico resolveria 100%, essa questão estaria resolvida, Deputada Ana, que estaria contemplado dentro do Zoneamento, da proposta que estaria vindo aqui para a Casa, a questão, regularizando a questão daquelas pessoas, Deputado Cláudio, que estão ali numa situação difícil, tem gente que está há quinze anos lá dentro, há quinze anos que tem a sua vida, que investiu a sua vida lá dentro, Deputado Adelino, Deputado Maurão, Deputada Glaucione, Deputado Luizinho, Deputada Epifânia, que tem a sua vida ali dentro, que tudo que ganharam na vida com sua família investiram ali, compraram um pedacinho de terra criando suas criações, seu gado, seus animais lá, a sua lavoura

de café. Enfim, a sua vida está ali dentro. E que às vezes eu penso que esse Governo brinca com coisa séria, isso é coisa muito grave, deixar uma situação desta, da forma que ficou. Já era preciso ter mandado esse projeto para cá e ter sido aprovado hoje, o Deputado Maurão esteve lá junto com o Governador e juntamente com a comissão que veio lá de Buritis e o Governador assumiu um compromisso de enviar para cá amanhã e eu queria conchamar aos nobres colegas Deputados que estivessem presentes amanhã aqui, 09 horas da manhã, Deputado Zequinha, Deputado Ribamar, para que a gente pudesse, se o Governo mandar esse projeto para cá, que a gente possa analisar esse projeto amanhã e votar ele ainda amanhã, para que a gente possa cumprir com o nosso papel e evitar uma tragédia, porque aquilo que vocês viram, assistiram e ouviram nos noticiários do Estado de Rondônia, se acontecer o que está sendo previsto de acontecer lá no Minas Novas, vai ser dez vezes pior do que aconteceu lá em Corumbiara e não é isso que nós queremos para o nosso Estado de Rondônia, eu tenho certeza de que o Governador também não quer isso, mas ele precisa ter responsabilidade de mandar esse projeto para cá, ele precisa mandar isso amanhã, Deputado Maurão, Vossa Excelência ouviu da própria ex-Secretária do Meio Ambiente, que ela elaborou o projeto e mandou, entregou ao Governador e ele só precisa encaminhar para cá. Chegando aqui, eu tenho certeza, Deputado Luizinho, que a gente vai analisar e resolver, porque, segundo ela, o projeto não está 100% pronto, mas a lei permite que se vote parcial e que se termine depois o projeto e resolva também outras situações como é a questão dos Periquitos, ali no Cujubim e outras áreas em conflitos, também áreas ocupadas já antropizadas e que precisa ser resolvida essa situação, mas principalmente essa do Minas Novas, que já tem até, inclusive, mandado judicial de despejo daquelas famílias que estão ali e que são mais de mil famílias que estão nesta situação de desespero. E é preciso que realmente o Governo tenha responsabilidade.

Então, eu quero aqui deixar o meu apelo aos Deputados que voltem amanhã aqui, nesta Casa, voltem aqui amanhã, vamos registrar a presença, vamos estar aqui para que, se o Governo mandar esse projeto para cá, a gente possa votar esse projeto. Eu tenho várias preocupações com o Estado de Rondônia, principalmente acompanhando atentamente aqui o relatório do Deputado Ribamar, da questão do orçamento, dos investimentos, a preocupação do dinheiro dos empréstimos que foram feitos e foram construídos asfaltos que já se foram embora, em seis meses já acabou, inclusive asfalto na questão lá do 5º BEC, no meu município, no Distrito de 5º BEC, Deputado Adelino, que foi feito o asfalto, na verdade, a base do asfalto dentro da cidade era desse convênio, a empresa foi embora, Deputada Epifânia, porque não recebeu. Como que não recebeu? Fez o asfalto, o dinheiro do convênio tinha que ter recebido, fez a base e o Governo não pagou, retirou o equipamento, as pedras que estavam lá, a Emulsão, RR2C. Enfim, para poder fabricar, fazer o asfalto, e foram embora porque não receberam, isso me preocupa onde que foi esse dinheiro? Para onde? Foi desviado para que canto?

Então, é preciso o Governo dar algumas explicações interessantes aqui para a Assembleia para que a gente possa contribuir e ajudar também até o final desse mandato e extinguir algumas dúvidas e alguns problemas que possam trazer transtornos futuros para o Governo, porque chega de tanta coisa negativa neste Estado, nós precisamos realmente mudar esse quadro caótico no Estado de Rondônia. Então, eu quero deixar aqui registrado a minha preocupação, agradecer a cada colega, a cada amigo aqui desta Casa e dizer que levo daqui amizades, as discussões acaloradas aqui nesta Casa fazem parte do Parlamento, mas quero dizer que deixo aqui vinte e

três amigos, vinte e três companheiros, não tive problema pessoal com nenhum dos colegas desta Casa. Parabenizar o Presidente Hermínio, que da sua forma, do seu jeito conduziu esta Casa nesses últimos três anos, cada Deputado aqui tenho certeza que contribuiu, fez a sua parte, desejar um feliz Natal para cada um dos senhores, um Ano Novo cheio de prosperidade e que Deus possa estar abençoando, Deputado Maurão, Vossas Excelências que vão continuar aqui, Deputado Adelino, Deputada Glaucione, Deputado Luizinho, Deputado Maurão, os Deputados que vão continuar, Deputado Ribamar, os Deputados que vão continuar nesta Casa. Parabéns a cada um de vocês pelo trabalho, muito obrigado pelo carinho, pela amizade que sempre recebi de cada um de vocês, aos funcionários desta Casa, a todos vocês que sempre também me trataram com muito respeito, pode ter certeza que a recíproca sempre foi verdadeira também, sempre tratei todos os funcionários desta Casa com muito respeito, e pode ter certeza que saio daqui também de cabeça erguida, com a sensação do dever cumprido, como Parlamentar nesta Casa eu sempre fiz o meu papel, discuti os projetos, não me elegi no palanque deste Governador na legislatura passada, mas fiz o meu trabalho aqui nesta Casa, sempre discutindo as coisas, sempre que pedi vista de um projeto aqui nesta Casa, sempre foi para melhorar ou discutir o projeto para saber o que estava votando, porque eu acho muito feio quando algum Deputado fala: eu votei e não sabia o que tinha votado. Eu não voto o que eu não sei. Se eu não sei o que eu vou votar, eu vou pedir vista e vou discutir o projeto. E foi muito importante muitas vezes que pedimos vista em projetos aqui, Deputado Maurão, nós podemos ajudar a contribuir para o próprio Governo, para própria melhoria do projeto, para trazer o benefício que o objetivo do projeto era trazer à população do Estado de Rondônia.

Então, deixo o meu abraço a cada um de Vossas Excelências, o meu carinho, o meu respeito. Na última eleição não concorri à reeleição de Deputado, mas graças à liderança que a gente tem no meu município, na minha região, um menino que trabalha comigo há quase 20 anos, o Deputado Ezequiel, eleito, estará aqui nesta Casa, vai ocupar o meu gabinete, o espaço que eu ocupei nesta Casa, pode ter certeza que ele é um menino arrojado, é um menino que tem opinião, é do meu Partido também, eu fico feliz que o povo do Machadinho atendeu o nosso pedido, o Ezequiel vai estar aqui representando o meu município, o município de Cujubim, o município do Vale do Anari, que é a minha região, Theobroma, Jaru e todo o Estado de Rondônia, o Deputado Estadual é Deputado do Estado de Rondônia e eu tenho certeza, Deputada Glaucione, que Vossa Excelência, também do meu Partido, que Vossas Excelências estarão defendendo igual a todos os colegas reeleitos aqui, os novos eleitos defendendo o Estado de Rondônia de cabeça erguida, entendeu, Deputado Maurão, Vossa Excelência está pleiteando aí a Presidência desta Casa e pode ter certeza que se for Presidente, que Deus ilumine sua cabeça para que Vossa Excelência possa estar conduzindo de uma forma transparente esta Casa. Se não for Vossa Excelência, que seja qualquer um outro dos colegas aqui, eu desejo da mesma forma, e olha, eu já fui Presidente desta Casa, não é fácil, não, não é fácil ser Presidente de Assembleia Legislativa, Deputado Cláudio, é difícil, talvez possa parecer para quem está de fora que é fácil, mas não é, é difícil, é complicado e é preciso ter pulso firme, ter posição, ter coerência, saber ouvir, saber falar, saber se posicionar para que realmente possa haver uma harmonia entre os Poderes, que os Poderes são independentes, mas têm o dever de ser harmônicos, nós precisamos trabalhar com independência, mas com harmonia, é muito ruim briga de Poder Executivo com

Legislativo, com Judiciário, com as Instituições, com o Ministério Público, o Tribunal de Contas, é preciso haver entendimento, com diálogo, isso com certeza leva ao bom entendimento e ao bom andamento dos trabalhos legislativo e também do Poder Executivo, enfim, é bom para o Estado de Rondônia. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Deputado Neodi, eu quero aqui, Deputado, ainda lhe parabenizar pelo seu discurso, pela sua fala e lhe parabenizar pelo trabalho que Vossa Excelência prestou durante esse mandato como Deputado, como Presidente desta Casa e hoje praticamente se despedindo dos colegas Deputados, nós estamos acabando de votar o orçamento, entrando de recesso e praticamente hoje e amanhã nós estamos nos despedindo, indo já para um recesso, talvez nós ainda tenhamos uma Sessão Extraordinária para o próximo mês, no ano que vem ainda nesse mandato. Mas, aproveitando a sua despedida, eu quero aqui lhe parabenizar, Deputado Neodi, pelo trabalho brilhante que Vossa Excelência fez como Deputado nesta Casa, Vossa Excelência deixou a marca, sua marca aqui e, portanto, vai deixar saudade a cada Deputado que tivemos durante esses nossos mandatos. Eu sei, Deputado Neodi, que nós Deputados às vezes tem momentos que nós tivemos algumas divergências, alguns debates, mas o importante de tudo é que no final nós saímos de cabeça erguida e amigos. Portanto, fica aqui o nosso reconhecimento, a nossa gratidão pelo trabalho coerente que Vossa Excelência fez, que Vossa Excelência fez como Presidente desta Casa, como conduziu esta Casa, como tratou os colegas e mesmo depois não estando na Presidência, agora disputando a sua eleição de vice-governador, perdendo, mas voltando para cá de cabeça erguida e, portanto, deixando sucessor que hoje é o Deputado Ezequiel Júnior, que com certeza vai estar aqui falando em nome do seu município, que é Machadinho.

Portanto, Deputado Neodi, esta Casa vai estar de portas aberta e, portanto, tem aqui o nosso reconhecimento, a nossa gratidão, nossa alegria de termos aqui. E parabenizar também, aproveitar que o Deputado Ribamar como relator do orçamento que fez de uma maneira tranquila e, portanto, discutindo com os Deputados, dando direito para que eles possam realmente colocar as suas emendas e podemos discutir o orçamento. Então, parabéns Deputado Ribamar pelo trabalho brilhante que Vossa Excelência fez com o orçamento e aprovando nesta data de hoje.

Então, Deputado Neodi, aproveitando a sua fala, eu queria aqui reforçar também que os colegas Deputados amanhã estivessem na Sessão para que a gente voltasse a discutir a questão do Zoneamento, o projeto que está já na mão do Governador, não sei por que extraviou esse projeto e nós não achamos o projeto hoje, mas a Secretária, hoje ex-Secretária Nanci, ela vai trabalhar hoje à noite para que prepare essa mensagem, entrega para o Governador pela manhã, amanhã eu espero que esteja no horário, que é 9:30h, para a gente poder pelo menos ler esse projeto. Mas eu acho difícil, até porque o Governador lá pelas oito horas tem uma audiência com ela para ainda discutir alguns detalhes, que esse detalhe eu penso que não vai ser tão fácil de chegar a um ajuste e mandar esse projeto que é de grande importância. Os colegas nossos representantes de Minas Novas e Buritis, acabaram de sair, mas ainda vão pernoitar aqui, aguardar para amanhã porque estão preocupados, porque, como nós vimos, toda hora ouvimos boatos nesta Casa, pensam eles lá no mato com as suas propriedades o que eles têm hoje, eles escutam tantos boatos e a situação deles é muito difícil, eles estão em nossas mãos, na mão do Governador, depende do nosso apoio. E, portanto, Deputado Neodi, eu sei que Vossa Excelência conhece

toda a situação deles, e tem ajudado tanto o Deputado Neodi, o Deputado Adelino, o Deputado Lebrão que acompanha bem de perto, os outros Deputados que vêm acompanhando, é importante nós somarmos, nos empenharmos e podermos resolver a situação de Minas Novas que hoje é uma situação que nos preocupa muito, porque são quase mil famílias que estão lá dependendo desse projeto, desta alteração no zoneamento que depende do Governo do Estado, que está pronto, que o compromisso do Governo que era para mandar em novembro e até agora o projeto está aí sumido, espero que hoje possa aparecer esse projeto e amanhã a gente possa voltar a discutir. E se não votar amanhã, que eu penso que vai ser a última Sessão, que a gente vote numa extraordinária no mês de janeiro, que seja no dia 06 ou no dia 13 e que nós vamos estar aqui discutindo e votando esse projeto de grande importância para aquela população que mora em Buritis.

Então, parabéns, Deputado Neodi, pela sua preocupação e parabéns pelo seu discurso e aqui fica a nossa gratidão, a nossa alegria de tê-lo nesta Casa, grande líder como Vossa Excelência, portanto, o seu brilho não vai apagar, vai continuar brilhando, que eu sei do seu trabalho, da sua importância para o Estado de Rondônia.

O SR. NEODI – Obrigado, Deputado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Deputado Neodi, aproveitando aqui antes de entrar nesta questão de falar um pouco do seu trabalho, dos demais colegas, quero aproveitar essa oportunidade que nós estamos praticamente encerrando esse ano legislativo e eu vejo aqui o Dalmir e sua equipe que praticamente quase todos esses 04 anos ficaram aqui conosco e a gente vê no apagar das luzes mais uma vez um projeto que foi enviado há 06 meses para o Governo, que esse mesmo projeto está sendo procurado ou reconstruído no dia de hoje, como disse o Deputado Maurão, e amanhã vem para esta Casa para que os Deputados votem praticamente sem poder analisar, estudar. Eu sou Deputado aqui de 08 anos e estou indo para mais quatro anos do meu mandato. No Governo anterior, eu nunca vi uma equipe igual à equipe que está aqui presente, não precisava disso. E naquela ocasião eu me lembro que nós, durante o mandato de 4 anos, por duas vezes foram vetados projetos que foram encaminhados pelo próprio Executivo. Então, se tivesse menos preocupação com os Deputados e com a Assembleia e mais preocupação com o próprio Governo, hoje nós estamos aqui encerrando esse mandato, nós não temos um chefe da Casa Civil, nós não temos um subchefe da Casa Civil, nós não temos um líder, não temos um vice-líder, porque na verdade ficou à mercê da sorte. E aí, será que a culpa é nossa? Eu fico pensando se talvez eu estivesse no lugar, eu como Deputado estivesse no lugar de algumas pessoas que fazem parte do Governo, que foram presas ou intimadas ou o próprio Governo que também por uma ação coercitiva foi encaminhado à Polícia Federal, como seria o festival que a imprensa chapa branca ou que o próprio Governo como um todo estaria fazendo contra a minha pessoa. Não estou feliz! Eu não estou feliz! Ontem, eu estive conversando com o Governador e ainda eu sou solidário para que o Governador possa nesse próximo mandato que o povo de Rondônia lhe deu, que ele coloque o trem nos trilhos para que nós, nós como um todo, o Estado de Rondônia como um todo, as pessoas do Estado de Rondônia não sofram as consequências por erros de gestores públicos. E eu não estou falando só de Governo, eu estou falando de Assembleia também, que aqui também nós tivemos muitos erros.

Então, é só para que vocês que *online* ou que todo momento levam essas mensagens ao Executivo, que levem

mais essa. Que não espere para ficar 4 anos e chegar ao final de 4 anos de um mandato para não ter chefe da Casa Civil, não ser subchefe da Casa Civil, não ter líder de Governo, não ter vice-líder do Governo, Deputado Ribamar. E isso eu falo porque eu estou aqui e já passei por 3 Governos. Eu já passei pelo governo Cassol, pelo governo Cahula e pelo governo Confúcio, e infelizmente nesse mandato nós não tivemos paz, mais do que isso, Deputado Ribamar, está aqui o orçamento que Vossa Excelência construiu. O Deputado Neodi construiu três orçamentos e aí eu amanhã ou depois quando encerrar os nossos trabalhos aqui eu estou voltando para a minha cidade, para a minha região. E eu não sei, Deputada Glaucione, Deputado Follador, Deputado Maurão, Deputado Cláudio Carvalho, Deputado Marcelino, o que é que eu vou falar para as instituições, entidades, associações, municípios que eu coloquei emenda que foi prevista dentro de lei, dentro de um plano orçamentário estudado, e as emendas não foram pagas. Eu tenho emendas de 2011, que parte delas não foram pagas, eu tenho praticamente todas as emendas de 2013 e todas de 2014 que não foram pagas. A APAE depende disso. O Lar do Idoso depende disso. O Centro de Tratamento de Recuperação de Dependência Química depende disso. Muitos municípios na sua infraestrutura dependem disso e ainda muitas vezes o Deputado é errado, para chegar aqui não é fácil. E o Deputado Zequinha disse, o Governo trabalhou e foi reeleito, mas o Deputado Zequinha também trabalhou, no meu entendimento ele trabalhou, eu acho que até foi mal na sua colocação, e não foi reeleito, isso é ruim. Porque todo mundo vem para cá com a luta, com o desejo de acertar, de fazer as coisas acontecerem. Mas está aqui o momento natalino, o espírito é renovado, a esperança é renovada. E é essa esperança que eu tenho de que no próximo mandato, tanto meu quanto a próxima Legislatura e o próximo mandato do Governo, seja com certeza muito melhor do que esse.

Então, não precisa, eu acho que tem muitas coisas que nós temos que encurtar o caminho, eu acho que nós temos que trabalhar mais e focar menos porque aí talvez nós vamos ter mais resultado. E para encerrar, Deputado Neodi, quero aqui deixar a minha gratidão ao Deputado Cláudio Carvalho, que foi um amigo que eu construí dentro deste Parlamento, que realmente, Deputado Cláudio, dentro da sua essência, o senhor realmente estava preocupado em discutir e que muitas vezes é mal entendido como se fosse oposição de alguém ou de Governo de A ou de B, ou de projeto, e não é isso. Precisa de discussão porque senão hoje talvez as pessoas estejam ali torcendo para que a gente não discuta ou contrárias a um posicionamento contrário nosso, porque são partes interessadas, mas amanhã podem estar sendo prejudicadas exatamente por uma ação que nós, Deputados, estamos fazendo. E nós temos que ter esta responsabilidade nesta Casa porque nós somos os escolhidos pela população, pelos eleitores de Rondônia para legislar. E legislar na sua essência é discutir mesmo, é discutir, é analisar, é muitas vezes aprovar ou desaprovar. E assim não foi diferente com as amizades, cumprimos com a Deputada Epifânia, que está indo embora, com a Deputada Ana da Oito que estava aqui, com o Deputado Zequinha, enfim, todos que estão indo, fica o nosso reconhecimento e nosso agradecimento. Aos que conviveram conosco este ano, o nosso agradecimento também, muitas vezes, Deputado Follador, Deputado Maurão, Deputada Glaucione, Deputado Marcelino, Deputado Edson, pela paciência, porque quando os ânimos se acirram muitas vezes a gente faz e fala as coisas que nem deveria se falar, ou que nem queria falar, mas que infelizmente elas saem, e como diz o artista que as palavras são como balas, quando vão não voltam mais, não é, Maurão? Mas pedimos desculpas por isso. E eu quero aqui

parabenizar em especial a Vossa Excelência, Deputado Neodi. Convivi com Vossa Excelência, votei em Vossa Excelência para Presidente da Assembleia, votei na sua reeleição como Presidente e Vossa Excelência deixou aqui a marca da austeridade acima de tudo. E é muito bom quando o discurso condiz com a prática, fui membro da Mesa Diretora no primeiro biênio do seu mandato e hoje temos as contas aprovadas no Tribunal de Contas, também estou feliz com isso. E pode ter certeza, Deputado Neodi, que Vossa Excelência fez história, deixou aqui a sua marca, hoje está indo embora, mas acima de tudo nós vamos usar aqui do seu bom exemplo, o seu bom exemplo vai servir de balizamento, vai servir de espelho para as nossas ações. E eu quero que, como você concluiu aqui, cumpriu aqui os seus 3 mandatos e está aí de cabeça erguida e peito aberto podendo usar essa tribuna e falar daquilo que você fez de bom tanto para esta Casa quanto para o Estado de Rondônia e as pessoas aqui residem. E eu estou entrando no meu terceiro mandato, e oxalá Deus que quando eu terminar, quando eu concluir o meu terceiro mandato como Vossa Excelência, eu possa ter a honra de ir a esta tribuna e também fazer o mesmo discurso que o senhor está fazendo na sua despedida, acima de tudo orgulhoso com aquilo que o senhor fez dentro desses 3 mandatos de Deputado estadual.

Então, obrigado, Deputado Neodi, pela amizade, obrigado pelo respeito, mas acima de tudo muito, muito, muito obrigado mesmo pelo aprendizado que Vossa Excelência nos proporcionou aqui nesta casa. Obrigado, Deputado Neodi.

O SR. NEODI – Obrigado, Deputado Luizinho.

A SRA. GLAUCIONE – Deputado Neodi.

O SR. NEODI – Deputada Glaucione.

A SRA. GLAUCIONE – Não poderia deixar de falar, Deputado Neodi foi meu Líder nesses 4 anos do mesmo Partido, do PSDC, e eu observo assim, às vezes os nossos colegas, os Deputados, a gente fica valorizando as coisas ruins do mandato, mas nós temos que pensar o tanto que esta Casa ajudou quantas classes e categorias deste Estado de Rondônia. Que se não fosse a Assembleia mais injustiça neste Estado teria acontecido, e a Assembleia, com todas as dificuldades, com todos os processos, com todas as turbulências que esta Casa passou, Deputado Neodi, nós tivemos a oportunidade de contribuir com o nosso Estado. E digo mais, aprendi muito com Vossa Excelência nesta Casa, além de ser meu Líder aqui do PSDC, a sua posição muitas vezes pude contemplar a plateia aqui, lotada a Casa, e Vossa Excelência não fugiu do seu entendimento, independentemente de aplausos ou vaias. E isso serviu de experiência para a minha vida política, dizer que o senhor é um grande político neste Estado de Rondônia, uma pessoa respeitada de Guajará-Mirim até Vilhena. O senhor tem o respeito dos rondonienses, passou por esta Casa que, infelizmente, nós podemos observar no *Fantástico* que vinham historicamente problemas com os Presidentes desta Casa e quando chega no seu mandato, pula, porque Vossa Excelência soube conduzir. E Deus abençoa que não teve nenhum tipo de problema enquanto Presidente desta Casa. E enquanto Deputado, Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, Relator do Orçamento do Estado por três anos consecutivo, deixou aqui a sua marca como Deputado. E eu não digo que o senhor está indo embora, eu digo que o senhor está dando uma pausa na sua vida política e já, já retoma tudo, porque o senhor tem o nome reconhecido, e o senhor sabe disso, que o povo lhe recebe muito bem. E que nesta campanha, todos os lugares que o senhor passou as pessoas falavam: “que discurso

forte do Deputado Neodi, ele tem conhecimento de causa, conhece o Estado de Rondônia". Então, nós não podemos perder uma pedra preciosa desta para o nosso Estado.

Então, parabéns pelo seu trabalho. Que Deus continue a abençoar a sua vida, a vida da sua família. E nós precisamos do senhor nos próximos pleitos aí, que Deus vai conduzir da melhor forma. Deixo meu abraço a todos os Deputados, os que estão saindo, os que estão permanecendo. Independentemente de qualquer situação dessas, eu como Deputada reeleita estou à disposição de todos. Meu abraço, Deputado Neodi.

O SR. NEODI – Obrigado, Deputada Glaucione, obrigado a cada um dos nossos colegas, meus amigos que continuam nesta Casa. Dizer que a minha vida não é só a minha vida política, a minha vida pessoal ou empresarial sempre coloquei nas mãos de Deus, mas com fé mesmo. Não é como muita gente que fala que acredita em Deus, que tem fé em Deus e no primeiro tropeço reclama. E a prova disso, eu estava lá em Machadinho em minha residência no dia da apuração dos votos da última eleição, e fazia tempo que eu não sabia o que era perder uma eleição. E estava todo mundo lá ficando triste e eu estava alegre: "parece que você ganhou a eleição". Então eu falei: "Eu sempre entreguei nas mãos de Deus. Se não aconteceu, se não foi desta vez é porque Deus não queria que fosse assim, é outra coisa que Ele planejou para a minha vida". Então, agradeço sempre a Deus todos os dias, à noite, de joelhos, eu agradeço a Deus pelo dia que passou. Peço perdão a Ele dos meus erros e as pessoas também eu reconheço. Graças a Deus, Deus me deu essa virtude. E outra coisa, todo mundo que está aqui é testemunha disso, a gente pode ter a discussão mais acalorada possível aqui nesta Casa, acabou a discussão, comigo não ficou nenhuma mágoa, não ficou nada. Da mesma forma a minha vida pessoal. Posso ter a maior briga. Sou meio sangue quente, eu sou italiano do sangue quente, na hora que eu estiver com raiva eu sou capaz de fazer uma besteira, passou aquele momento, acabou, não tem mais, não guardo ódio de ninguém, graças a Deus, por isso que eu vivo feliz, eu vivo alegre, eu vivo contente. Sei respeitar as pessoas, o posicionamento de cada um, o entendimento de cada um, tem pessoas que me amam, tem pessoas que me odeiam, mas eu respeito e peço a Deus todos os dias também por aqueles que me odeiam também. Que Deus dê saúde e que possam nessa vida ainda reconhecer o valor de cada um.

Gente, obrigado pelo carinho, obrigado pelo companheirismo, pelo respeito. Aos funcionários desta Casa que eu tenho um grande respeito a cada um de vocês, fiquem todos com Deus. Olha, gente, sempre, aprendam isso, quando falar em nome de Deus nunca falar em vão. Quando falar eu creio em Deus, só fale se acreditar, se não acreditar em Deus, não fala, não, porque nós podemos enganar uns aos outros, mas Deus ninguém engana. Um abraço. Beijo no coração de cada um. Obrigado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Encerrada a discussão. Em votação o Projeto de Lei nº 1365/14. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Matéria aprovada por unanimidade, com substitutivo. Vai ao Expediente.

Encerrada a Ordem do Dia. E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus, antes de encerrar esta Sessão convoco Sessão Ordinária para o dia 10 de dezembro, às 09 horas, no horário regimental.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 20 horas e 28 minutos).

CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 036/2014/CA/ALE/RO

O CORREGEDOR-CHEFE DA CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 4º, inciso III, do Ato 005/2014/MD/ALE por remissão do que dispõe o Art. 24 da Lei Complementar n. 730/2013; publicada no DO-ALE n. 057 de 16.04.2014 e DO-ALE n. 2311 de 01.10.2013, respectivamente;

CONSIDERANDO a necessidade desta Corregedoria em dar celeridade andamento nos trabalhos por ela realizados, é imperioso a reorganização do quadro das Comissões, assim;

RESOLVE:

ALTERAR a composição da **COMISSÃO PERMANENTE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR** e da **COMISSÃO PERMANENTE DE INVESTIGAÇÃO E APURAÇÃO PRELIMINAR**, instituídas pela Portaria n. 020/2014/CA/ALE/RO, publicadas no Diário Oficial n. 166, pag. n. 1883 de 30.10.2014, na substituição do membro **IVAN BEZERRA DA SILVA**, pelo servidor **JOÃO LENES DOS SANTOS**, ocupante do cargo de Assistente Técnico, matrícula n. 100008620-4 do Quadro de Pessoal Permanente da Assembleia Legislativa de Rondônia, na condição de terceiro membro.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

DÊ CIÊNCIA, CUMPRA-SE E PUBLICA-SE.

Porto Velho, 01 de dezembro de 2014.

JUAREZ BARRETO MACEDO JUNIOR
Corregedor Chefe

PORTARIA 037/2014/CA/ALE/RO

O CORREGEDOR-CHEFE DA CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 4º, inciso III, do Ato 005/2014/MD/ALE por remissão do que dispõe a Lei Complementar n. 730/2013; publicada no DO-ALE n. 057 de 16.04.2014 e DO-ALE n. 2311 de 01.10.2013, respectivamente;

CONSIDERANDO, o teor do relatório emitido pela Comissão Sindicante em 01 de dezembro de 2014;

RESOLVE:

PRORROGAR por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão da Sindicância Administrativa Investigativa n. 011/2014, instaurada pela Portaria n. 018/2014/CA/ALE/RO, publicada no Diário Oficial nº 162, pag. 1862, do dia 23.10.14, retificada pela Portaria n. 026/2014/CA/ALE/RO, publicada no Diário Oficial n. 184, do dia 27.11.2014, a contar do dia 02 de dezembro de 2014.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Porto Velho-RO, 01 de dezembro de 2014.

JUAREZ BARRETO MACEDO JUNIOR
Corregedor Chefe

SUP. DE RECURSOS HUMANOS**ATO Nº 2928/2014-SRH/P/ALE**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve:

PRORROGAR:

A cedência da servidora **CANDIDA MARIA ARAÚJO DA SILVEIRA**, cadastro nº 100009698, Cargo de Assistente Técnico Legislativo, para desenvolver suas atividades na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, sem ônus para este Poder Legislativo, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

Porto Velho, 11 de dezembro de 2014.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
Presidente

MARIA MARILU DO ROSÁRIO DE B. SILVEIRA
Secretária Geral

ATO Nº 2927/2014-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve:

PRORROGAR:

A cedência da servidora **ELIETE OLIVEIRA MENDONÇA CORREIA** matrícula nº. 100003525, Assistente Técnico Legislativo, pertencente ao Quadro Efetivo de Pessoal desta Casa de Leis, para atuar junto a Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, sem ônus para este Poder Legislativo, no período de 01.01.2015 a 31.12.2015.

Porto Velho, 11 de dezembro de 2014.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
Presidente

MARIA MARILU DO ROSÁRIO DE B. SILVEIRA
Secretária Geral

ATO Nº 312/2014-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias no período de 04 a 05/12/2014, a servidora **YALLE CRISTINA SILVA DANTAS**, cadastro nº 200156214, Assessor Técnico, lotada no Departamento de Comunicação Social, para deslocar-se a Ji-Paraná, para prestar serviço a esta Casa de Leis, conforme Processo nº. 4484/2014-92.

Porto Velho - RO, 11 de Dezembro de 2014.

JOSÉ HERMÍNIO COELHO
Presidente

MARIA MARILU DO ROSÁRIO DE B. SILVEIRA
Secretária Geral

ADVOCACIA GERAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 020/ALE/2013
Processo Administrativo nº 00001149/2013-89

Contratante: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Contratada: NEVES E MENEZES DISTRIBUIDORA DE GÁS-LTDA – ME.

OBJETO.: referente à prestação de serviços no fornecimento de gás liquefeito de petróleo GLP (gás de cozinha) acondicionado em botijão de 13 kg, de forma parcelada, a ser retirado na sede da empresa

VALOR.: foi autorizada despesa através de Nota de Empenho nº. 2014NE01142 no valor correspondente à R\$ 1.000,00 (um mil reais) para atender até o dia 31 de dezembro do corrente ano, sendo que o valor global contratado é de R\$ 8.330,00 (oito mil e trezentos e trinta reais), para cobertura orçamentária do período de 12 (doze) meses. O valor unitário do objeto corresponde à R\$ 49,00 (quarenta e nove reais).

PRAZO: é de 12 (doze) meses, a contar de 06 de dezembro de 2014 e com término em 05 de dezembro de 2015.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.: As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo, correrão à conta da seguinte programação: Fonte – 0100000000 - Evento – 400091 / UO – 1001 - Programa de Trabalho – 01122102020620000 - Elemento de Despesas – 339030 - Nota de Empenho – 2014NE01142 – 03/12/2014.

Para firmeza e como prova do acordado foi lavrado o presente PRIMEIRO TERMO ADITIVO, o qual depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelas partes aditantes, e registrado às fls. 35 (trinta e cinco) do Livro de Registro de Termos Aditivos do ano de 2014 da Advocacia Geral desta Casa Legislativa.

Porto Velho, 05 de dezembro de 2014.

CONTRATANTE:

Assembleia Legislativa Do Estado De Rondônia

José Hermínio Coelho - Presidente

Maria Marilu do Rosário de Barros Silveira – Secretária Geral

CONTRATADA:

Neves e Menezes Distribuidora de Gás-Ltda-Me

João Marcos Marcolino das Neves - Administrador

Visto: Celso Ceccatto - Advogado-Geral